

**EDITAL****ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA - ALE/RR****PREGÃO ELETRÔNICO N.º: 90003/2025****PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO N° 22/2025****Objeto**

Contratação de empresa especializada em locação de equipamentos de impressão com os insumos e serviços (outsourcing de impressão) exceto papel.

**ABERTURA DO CERTAME****DATA:** 24/06/2026**HORÁRIO:** 09 h e 00 min (horário de Brasília)**SITE:** [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)**Havendo divergência entre a especificação do Sistema e a do Edital, prevalecerá a do Edital.****Todas as referências de tempo no Edital, e durante a sessão pública observarão o horário oficial de Brasília/DF.****Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR**[sup.compras@al.rr.leg.br](mailto:sup.compras@al.rr.leg.br)

Av. Surumu, N° 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil

ALE na Internet: [www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

## PREGÃO ELETRÔNICO

**PREGÃO ELETRÔNICO:** Nº 90003/2025

**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO:** Nº 22/2025

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada em locação de equipamentos de impressão com os insumos e serviços (outsourcing de impressão) exceto papel.

**VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 7.585.200,00 (sete milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil e duzentos reais)

### DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 24/06/2026 às 09 h (horário de Brasília)

### CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR LOTE

### MODO DE DISPUTA:

ABERTO.

### TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS:

NÃO

### MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

**UASG:** [926910](#)

### SUMÁRIO

1. DO OBJETO
2. DO REGISTRO DE PREÇOS
3. DO CREDENCIAMENTO
4. DA CONVOCAÇÃO
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
8. DA FASE DE JULGAMENTO
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO
10. DA NEGOCIAÇÃO
11. DOS RECURSOS
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR**

[sup.compras@al.rr.leg.br](mailto:sup.compras@al.rr.leg.br)

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil

ALE na Internet: [www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

## PREÂMBULO

A Assembleia Legislativa do Estado de Roraima – ALE/RR por intermédio da Superintendência de Compras, nos termos do [art. 51, Resolução Legislativa nº 002/2024](#), leva ao conhecimento dos interessados que, na forma do [artigo 28 inciso I](#), da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), [Resolução Legislativa Nº 001/2024](#), [Resolução Legislativa Nº 004/2025](#), e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA** e com critério de julgamento **MENOR PREÇO** por **LOTE**, conforme condições e especificações estabelecidas neste **Edital** e seus **Anexos**.

### 1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada em locação de equipamentos de impressão com os insumos e serviços (outsourcing de impressão) exceto papel.
- 1.2. A licitação será realizada em “**LOTE**”, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.
- 1.3 O valor estimado pela Administração para aquisição do objeto deste certame é de **R\$ 7.585.200,00** (sete milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil e duzentos reais).
- 1.4. O regime de execução do contrato será por empreitada por preço unitário.

### 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. Para presente contratação não será adotado o sistema de Registro de Preços.

### 3. DO CREDENCIAMENTO

- 3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – **SICAF**, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória pregão, em sua forma eletrônica;
- 3.2. O cadastro no **SICAF** deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – **ICP** – Brasil;
- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este pregão;
- 3.4. A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;
- 3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **SICAF** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;
- 3.6. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do sistema para imediato **bloqueio** de acesso.

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

[sup.compras@al.rr.leg.br](mailto:sup.compras@al.rr.leg.br)

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil

ALE na Internet: [www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

#### 4. DA CONVOCAÇÃO/PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que inscreverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF** e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

4.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no **SICAF** até o (3º) terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. No que se refere à Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, especialmente quanto ao tratamento diferenciado conferido às microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, tais benefícios não serão aplicados no presente caso, em razão da incidência da hipótese prevista no art. 49, inciso III, da referida lei.

**4.6. Não poderão disputar esta licitação:**

4.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

4.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (**cinco por cento**) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 1976](#), concorrendo entre si;

4.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (**cinco**) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

**Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR**

[sup.compras@al.rr.leg.br](mailto:sup.compras@al.rr.leg.br)

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil

ALE na Internet: [www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

- 4.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 4.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, atuando nessa condição;
- 4.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.7. O impedimento de que trata o item 4.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 4.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.6.2 e 4.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 4.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 4.10. O disposto nos itens 4.6.2 e 4.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 4.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.12. A vedação de que trata o item 4.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 4.13. Para a execução desta contratação, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos.

## 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o **preço**, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para **abertura** da sessão pública.
- 5.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com preço, observado o disposto nos itens 9.1.2 e 9.22. deste Edital.
- 5.3. No **cadastramento** da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 5.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

[sup.compras@al.rr.leg.br](mailto:sup.compras@al.rr.leg.br)

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil

ALE na Internet: [www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo [7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.5. O fornecedor enquadrado como **microempresa, empresa de pequeno porte** ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.5.1. No item **exclusivo** para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.5.3. A comprovação de regularidade **fiscal e trabalhista** das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

5.5.4. As microempresas e as empresas de pequeno porte, **deverão** apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

5.5.5. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **(05)** cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a **critério** da Administração Pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

5.5.6. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no Item 5.5.5., implicará **decadência** do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Legislação aplicável, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

5.6. A **falsidade** da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste **Edital**.

5.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR**

[sup.compras@al.rr.leg.br](mailto:sup.compras@al.rr.leg.br)

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil

ALE na Internet: [www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)



5.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu **valor final mínimo** quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de **valores** entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

5.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o **valor final mínimo**, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.11. O valor **final mínimo** parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.11.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

5.12. O valor **final mínimo parametrizado** na forma do item 5.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão promotor da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. **Valor unitário do item** (conforme o caso).

6.1.2. Marca (quando solicitado);

6.1.3. Fabricante (quando solicitado);

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.2.1. O licitante **não** poderá oferecer proposta em quantitativo **inferior** ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos lances propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os **preços** ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de **exclusiva** responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

[sup.compras@al.rr.leg.br](mailto:sup.compras@al.rr.leg.br)

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil

ALE na Internet: [www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. As quantidades máximas de cada item para a contratação será conforme tabela abaixo:

LOTE ÚNICO						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	MÉTRICA OU UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE DE PÁGINAS / 12 MESES	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Impressora Multifuncional Monocromática A4 (202 Unidades)	26573	Páginas	12.120.000	R\$ 0,16	R\$ 1.939,200,00
2	Impressora Multifuncional Policromática A4 (186 Unidades)	26611	Páginas	11.160.000	R\$ 0,46	R\$ 5.133.600,00
3	Impressora Multifuncional Policromática A3 (7 Unidades)	26638	Páginas	420.000	R\$ 1,22	R\$ 512.400,00

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

6.8.3. Conforme o critério de julgamento adotado, menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.9 Para fins de licitação serão aceitas somente as propostas que cotarem os quantitativos máximos de cada item a ser contratado. ([I, art. 82, Lei nº 14.133/2021](#) e [I, art. 14, Resolução Legislativa Nº 004/2025](#)).

6.10. Pela particularidade de o fornecimento ser executado em Boa Vista-RR, ou terem sua origem nesta, fica dispensado a possibilidade de valores distintos/diferentes/variáveis em virtude de sua execução, acrescenta-se que pela natureza do serviço os preços da proposta já condizem com todos os custos. ([III, art. 82, Lei nº 14.133/2021](#) e [III, art. 14, Resolução Legislativa Nº 004/2025](#)).

6.11. O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do contrato, prorrogável para até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.12. Será exigida a garantia de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, nos termos do art. 98 da Lei nº 14.133 de 2021, conforme os itens 4.59 a 4.62 do Termo de Referência.

6.13. O contrato poderá ser reajustado no prazo de 12 meses a partir da data do orçamento estimado para a contratação, nos termos do art. 72, §1º da Resolução Legislativa nº 001/2024;

6.13.1. O índice de reajuste a ser adotado deverá ser o do **Índice de Custo da Tecnologia da Informação - ICTI** ou por outro indicador que venha substituí-lo.

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

[sup.compras@al.rr.leg.br](mailto:sup.compras@al.rr.leg.br)

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil

ALE na Internet: [www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)



## 7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na **data, horário e local** indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão **retirar** ou **substituir** a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor** inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,1% (zero vírgula um por cento)**.
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de **15 (quinze) segundos** após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **ABERTO**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **2 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.
- 7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de **2 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos **5% (cinco por cento)**, o **pregoeiro**, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

[sup.compras@al.rr.leg.br](mailto:sup.compras@al.rr.leg.br)

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil

ALE na Internet: [www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

7.15. No caso de **desconexão** com o **Pregoeiro**, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo **superior** a (10) dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante **não** apresente lances, concorrerá com o **valor** de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. [44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (**cinco por cento**) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **5 (cinco)** minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de **5% (cinco por cento)**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. [60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas nesta Lei;

7.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR**

[sup.compras@al.rr.leg.br](mailto:sup.compras@al.rr.leg.br)

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil

ALE na Internet: [www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

7.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.19.2.2. empresas brasileiras;

7.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 2009](#).

7.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer abaixo do percentual mínimo definido pela Administração.

7.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.20.3. O resultado da **negociação** será **divulgado** a todos os licitantes e **anexado** aos autos do processo licitatório.

7.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas)** horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.20.5. É facultado ao pregoeiro **prorrogar** o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), legislação correlata e no item **4.6** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. **SICAF**;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - **CEIS**, mando pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – **CNEP**, mando pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

**Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR**

[sup.compras@al.rr.leg.br](mailto:sup.compras@al.rr.leg.br)

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil

ALE na Internet: [www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às **ME/EPPs**, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os ditames editalícios.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.7. Será **desclassificada** a proposta vencedora que:

8.7.1. Contiver vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (**cinquenta por cento**) do valor orçado pela Administração.

8.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de **amostra**, o licitante classificado em primeiro lugar **deverá** apresentá-la, conforme disciplinado no **Termo de Referência**, sob pena de **não** aceitação da proposta.

8.12. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.13. No caso de não haver entrega da **amostra** ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.14. Caso o Termo de Referência exija **prova de conceito (PoC)**, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado pelo pregoeiro, com antecedência mínima de **10 (dez) dias úteis** da data estabelecida para sua realização, para executá-la, visando aferir o atendimento dos requisitos e funcionalidades mínimas da solução de tecnologia da informação e comunicação, conforme disciplinado no Termo de Referência.

**Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR**

[sup.compras@al.rr.leg.br](mailto:sup.compras@al.rr.leg.br)

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil

ALE na Internet: [www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

- 8.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a realização da prova de conceito.
- 8.16. A prova de conceito será realizada por equipe técnica designada, responsável pela aferição do atendimento dos itens estabelecidos, e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes, mediante registro formal junto ao pregoeiro.
- 8.17. Todas as despesas decorrentes de participação ou acompanhamento da prova de conceito são de responsabilidade de cada um dos licitantes.
- 8.18. A equipe técnica elaborará relatório com o resultado da prova de conceito, informando se a solução apresentada pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar está ou não de acordo com os requisitos e funcionalidades estabelecidas.
- 8.19. Caso o relatório indique que a solução tecnológica está em conformidade com as especificações exigidas, o licitante será declarado vencedor do processo licitatório e, caso indique a não conformidade, o licitante será desclassificado do processo licitatório.
- 8.20. Caso o relatório indique que a solução foi aprovada com ressalvas, as não conformidades serão listadas e o licitante terá prazo de **3 (três) dias úteis, não prorrogáveis**, a contar da data de ciência do respectivo relatório, para proceder aos ajustes necessários na solução e disponibilizá-la, para a realização de testes complementares, para aferição da correção ou não das inconformidades indicada.
- 8.21. Poderá ser considerada aprovada com ressalva a solução que, embora possua todas as funcionalidades previstas na Prova de Conceito (**PoC**), venha a apresentar falha durante o teste.
- 8.22. Caso o novo relatório indique a não conformidade da solução ajustada às especificações técnicas exigidas, a licitante será desclassificada do processo licitatório.
- 8.23. **Não** será aceita a proposta da licitante que tiver a prova de conceito rejeitada, que não a realizar ou que não a realizar nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 8.24. No caso de **desclassificação** do licitante, o pregoeiro convocará o próximo licitante, obedecida a ordem de classificação, sucessivamente, até que um licitante cumpra os requisitos e funcionalidades previstas na **PoC**.
- 8.25. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

## 9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

### 9.1. Habilitação Jurídica

9.1.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

- a) Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação aqui exigidas, respondendo pela veracidade das informações, na forma do [art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021](#);
- b) Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para: atualizações de documentos e complementações de informação, na forma do [art. 64, e seus incisos, da Lei nº 14.133/2021](#);
- c) Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, e serão feitas consultas de eventual descumprimento das condições de participação especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos cadastros do TCU;
- d) A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do [artigo 12 da Lei nº 14.230, de 2021](#), que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

[sup.compras@al.rr.leg.br](mailto:sup.compras@al.rr.leg.br)

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil

ALE na Internet: [www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)



contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**9.1.2.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no **SICAF**;

**9.1.3. Caso o SICAF não contemple todo o Objeto deste Pregão**, encaminhar o Contrato Social, Estatuto, ou documentos pertinentes, emitidos pela Junta Comercial da sede da licitante, que contemple o objeto, para fins de habilitação;

**9.1.4. Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**9.1.5. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**9.1.6. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-enegocios/pt-br/empreendedor>;

**9.1.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.1.8. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

**9.1.9. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**9.11. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

**9.12.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **9.2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

**9.2.1.** A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

**9.2.2.** A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**9.2.3.** Prova de regularidade com a FAZENDA ESTADUAL, devidamente atualizada;

**9.2.4.** Prova de regularidade com a FAZENDA MUNICIPAL, devidamente atualizada;

**9.2.5.** Comprovação de regularidade com a FAZENDA FEDERAL, através da apresentação da CERTIDÃO DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, devidamente atualizada;

**9.2.6.** Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal, conforme alínea "a" do artigo 27 da [Lei nº. 8.036/90](#), devidamente atualizado;

**Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR**

[sup.compras@al.rr.leg.br](mailto:sup.compras@al.rr.leg.br)

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil

ALE na Internet: [www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

9.2.7. Certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, conforme [Lei nº. 12.440/11](#), devidamente atualizada;

9.2.8. Declaração que cumpre o disposto no inciso [XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#).

9.2.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

9.2.10. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual ou Municipal* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.2.11. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estará **dispensado** da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### 9.3. Qualificação econômico-financeira:

9.3.1. Certidão Negativa de Falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica há menos de 90 (noventa) dias da data para a apresentação da documentação, exceto quando dela constar o prazo de validade;

9.3.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da [Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005](#), sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.3.3. BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS dos dois últimos exercícios financeiros já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.3.4. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade facultando-se a substituição pelo balanço de abertura;

9.3.5. Admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.3.6. Caso o licitante seja cooperativo, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o [artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971](#), ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.3.7. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas: a) Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

a)

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

**Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR**

[sup.compras@al.rr.leg.br](mailto:sup.compras@al.rr.leg.br)

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil

ALE na Internet: [www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

## Ativo Circulante

LC = -----

## Passivo Circulante

b) As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

**9.4. Qualificação Técnica**

9.4.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

9.4.2. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

9.4.3. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.4.3.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. [4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

9.4.3.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual –DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.4.3.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.4.3.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

9.4.3.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.4.3.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) Ata de fundação;

b) Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d) Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f) Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.3.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

**9.4. Qualificação Operacional**

9.4.1. Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando que a licitante forneceu ou está fornecendo os itens desta licitação, com quantidades mínimas de 40% (quarenta por cento) dos itens desta licitação, conforme disposto na legislação vigente ([art. 67, §2 da Lei n° 14.133/21](#)) e as exigências a seguir:

9.4.2. Para fins de análise dos atestados, será observado se, se os atestados são compatíveis e pertinentes ao objeto, respeitando a particularidade de cada item.

9.4.3. O percentual que trata o item 9.4.1, está conforme o limite disposto na legislação vigente ([art. 67, §2 da lei n° 14.133/21](#)), não sendo necessária demais justificativas.

9.4.4. O atestado emitido por pessoa jurídica de direito privado deverá vir assinado pelo representante legal da empresa emitente, contendo seu nome, CPF ou RG e sua função.

**Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR**

[sup.compras@al.rr.leg.br](mailto:sup.compras@al.rr.leg.br)

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil

ALE na Internet: [www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

- 9.4.6. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
- 9.4.7. Serão aceitos os somatórios de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;
- 9.4.8. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.
- 9.4.9. Será aceito o somatório dos atestados, para fins de comprovação dos limites exigidos neste item;
- 9.5. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#)
- 9.6. Caso o **SICAF** não contemple todo o Objeto deste Pregão, encaminhar o Contrato Social, Estatuto, ou documentos pertinentes, emitidos pela Junta Comercial da sede da licitante, que contemple o objeto, para fins de habilitação;
- 9.7. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.8. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.9. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 9.10. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **10%** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 9.11. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por cópia digitalizada.
- 9.12. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.13. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 9.14. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (quando cabível).
- 9.15. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (quando cabível).
- 9.16. A habilitação será verificada por meio do **SICAF**, nos documentos por ele abrangidos.

**Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR**

[sup.compras@al.rr.leg.br](mailto:sup.compras@al.rr.leg.br)

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil

ALE na Internet: [www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)



- 9.17. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a Lei expressamente o exigir.
- 9.18. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **SICAF** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 9.19. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 9.20. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 9.21. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no **SICAF** serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo, 2 (**duas**) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 9.22. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço.
- 9.23. A verificação no **SICAF** ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 9.23.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 9.23.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relava à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 9.24. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 9.24.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 9.24.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 9.25. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.26. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.21.
- 9.27. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 9.28. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação
- 9.29. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já ter sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

**Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR**

[sup.compras@al.rr.leg.br](mailto:sup.compras@al.rr.leg.br)

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil

ALE na Internet: [www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)



## 10. DA NEGOCIAÇÃO

10.1. O (a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento de MENOR PREÇO do valor estimado para a contratação.

10.2. A negociação será realizada por meio do Sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

## 11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **10 (dez) minutos**.

11.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que ver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

## 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;

12.1.2.4. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

[sup.compras@al.rr.leg.br](mailto:sup.compras@al.rr.leg.br)

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil

ALE na Internet: [www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

- 12.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 12.1.5. Fraudar a licitação;
- 12.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 12.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 12.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da **Lei n.º 12.846, de 2013**.
- 12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades **civil e criminal**:
- 12.2.1. **Advertência**;
- 12.2.2. **Multa**;
- 12.2.3. **Impedimento** de licitar e contratar e
- 12.2.4. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
- 12.3.2. As peculiaridades do caso concreto
- 12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 12.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A multa será recolhida em percentual de **0,5%** incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de **0,5%** do valor do contrato lícitado.
- 12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de **15%** do valor do contrato lícitado.
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (**quinze**) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (**três**) anos.
- 12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e

**Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR**

[sup.compras@al.rr.leg.br](mailto:sup.compras@al.rr.leg.br)

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil

ALE na Internet: [www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (**dois**) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (**quinze**) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (**quinze**) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (**vinte**) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (**quinze**) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (**vinte**) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### 13. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (**três**) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)) no prazo de até 3 (**três**) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A **impugnação** e o **pedido de esclarecimento** poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: [sup.compras@al.rr.leg.br](mailto:sup.compras@al.rr.leg.br) ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar, Bairro São Vicente, Superintendência de Compras - **SCP/ALE/RR**.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada **Ata da Sessão** pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

[sup.compras@al.rr.leg.br](mailto:sup.compras@al.rr.leg.br)

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil

ALE na Internet: [www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o **horário de Brasília - DF**.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.7.1. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e endereço eletrônico: <https://scp.al.rr.leg.br/>

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. **ANEXO I - Termo de Referência;**

14.11.1.1. Anexo I – Descrição Mínima dos Itens.

14.11.1.2. Anexo II – Ordem de Serviço (Os)/ Ordem de Fornecimento de Bens (Ofb).

14.11.1.3. Anexo III - Termo de Recebimento Provisório.

14.11.1.4. Anexo IV - Termo de Recebimento Definitivo.

14.11.1.5. Anexo V - Plano de Implantação.

14.11.1.6. Anexo VI - Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo.

14.11.1.7. Anexo VII - Termo de Ciência.

14.11.2 **ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;**

14.11.3. **ANEXO III – Modelo da Proposta de Preço;**

14.11.4. **ANEXO IV – Mapa de Gerenciamento de Risco;**

**Josiane dos Santos Moraes**

*Superintendente de Compras*

*Matrícula nº 36495*

*Resolução nº 6682/2026-SGP<sup>1</sup>*

---

<sup>1</sup> Diário da ALE/RR Ed. Nº 4647

**Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR**

[sup.compras@al.rr.leg.br](mailto:sup.compras@al.rr.leg.br)

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil

ALE na Internet: [www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

## ANEXO I

### HISTÓRICO DE REVISÕES

Data	Versão	Descrição	Autor
11/03/2025	1.0	Finalização da primeira versão do documento (Enviado para cotação e classificação)	Israel Mattos
12/03/2025	1.2	Finalizado a primeira versão completa do TR	Israel Mattos
20/03/2025	2.0	Ajustes dos objetos TR. MEMO SUPGERAL	Israel Mattos
27/03/2025	3.0	Ajustes TR. CONTROLADORIA	Israel Mattos
09/05/2025	4.0	Ajustes após o parecer jurídico 106/2025	Israel Mattos
12/05/2025	5.0	Ajuste no ponto 10.1 deste TR	Israel Mattos
06/06/2025	6.0	Ajustes após impugnações	Israel Mattos
04/12/2025	7.0	Ajustes após impugnações do edital 03/2025 publicado 11/07/2025	Israel Mattos
31/12/2025	7.1	Ajuste no erro de quantidade de páginas no item 2	Israel Mattos
27/02/2026	8.0	Ajuste técnico do item 4.63.3	Israel Mattos
05/05/2026	9.0	Ajustes após impugnações do edital 03/2025 publicado 10/04/2026	Israel Mattos

COMISSÃO DE CONFECÇÃO DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA PARA A

Assinado eletronicamente por ISRAEL MATTOS CHAGAS, Integrante Técnico, em 05/05/2026 16:28:43

Assinado eletronicamente por DIEGO RAFAEL SOUSA, Integrante Técnico, em 05/05/2026 16:29:11

Assinado eletronicamente por ORLANDO VAGNO DE JESUS SANTOS, Superintendente Geral, em 06/05/2026 17:29:11

Assinado eletronicamente por SIMONNE NUNES DOS SANTOS, Superintendente de Pesquisa, Inovação, Desenvolvimento e In, em 05/05/2026 16:41:22

Assinado eletronicamente por ANDRÉ GONÇALVES DOS SANTOS, Superintendente de Compras e Serviços, em 09/06/2026 11:57:12

Para conferir a autenticidade do documento acesse o endereço <http://grp.al.rr.leg.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela 5424.840.0000122



**TERMO DE REFERÊNCIA SERVIÇOS DE TIC – LEI 14.133/2021**

Processo n° 2025-22

**Referência: Arts. 12 a 24 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022**

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de empresa especializada em locação de equipamentos de impressão com os insumos e serviços (outsourcing de impressão) exceto papel, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE ÚNICO						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	MÉTRICA OU UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE DE PÁGINAS / 12 MESES	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Impressora Multifuncional Monocromática A4 (202 Unidades)	26573	Páginas	12.120.000	R\$ 0,16	R\$ 1.939.200,00
2	Impressora Multifuncional Policromática A4 (186 Unidades)	26611	Páginas	11.160.000	R\$ 0,46	R\$ 5.133.600,00
3	Impressora Multifuncional Policromática A3 (7 Unidades)	26638	Páginas	420.000	R\$ 1,22	R\$ 512.400,00

- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.3. Os bens objetos desta contratação são caracterizados como **COMUNS**, uma vez que ele se enquadra no art. 6º, inciso XIII, da Lei 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.
- 1.4. Conforme entendimento da Administração Pública, um bem ou serviço comum é aquele que possui características padronizadas, disponíveis a qualquer tempo no mercado. A definição de um bem ou serviço como "comum" não depende de sua complexidade, mas sim da padronização de suas características de desempenho e qualidade e da familiaridade do mercado com essas especificações.
- 1.5. Para a presente locação, as multifuncionais policromáticas possuem características padronizadas de desempenho e qualidade, amplamente disponíveis no mercado. Exemplos dessas características incluem resolução de impressão, velocidade de impressão, capacidade de digitalização, conectividade (como Wi-Fi e Ethernet), e compatibilidade com diferentes tipos de papel, que seguem especificações usuais e amplamente conhecidas pelos fornecedores. O mercado possui familiaridade com estas especificações técnicas, permitindo a definição objetiva dos padrões de desempenho e qualidade no edital.
- 1.6. Portanto, a classificação do objeto como serviço comum é apropriada e justifica o uso da modalidade de pregão eletrônico para esta locação. Este método facilita a competitividade e eficiência na contratação, ao mesmo tempo em que assegura que o mercado possa atender plenamente às especificações estabelecidas.
- 1.7. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável para até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.8. O serviço é enquadrado como **continuado** tendo em vista que a sua prestação é essencial para garantir a continuidade das atividades administrativas, evitando interrupções que poderiam comprometer a eficiência e a qualidade dos serviços prestados.

Assinado eletronicamente por: **SRAP - MATTOS CHAGAS Integrante Técnico**, em 05/05/2024 16:28:43

Assinado eletronicamente por GONÇALVES DE SOUSA, em 05/05/2025 10:20:45

Assinado eletronicamente por **ORLANDO VAGNO DE JESUS SANTOS**, Superintendente Geral, em 06/05/2026 17:29:11

Assinado eletronicamente por **SIMONNE NUNES DOS SANTOS**, Superintendente de Pesquisa, Inovação, Desenvolvimento e In, em 05/05/2026 16:41:22

Assinado eletronicamente por: JOSEANE DOS SANTOS MORAES, Superintendente de Controle e Supervisão, em 09/06/2020 14:53:14

Assinado eletronicamente por ANDRÉ GURSAO CARLOS DE ALEI, Superintendente do Programa de Acesso Externo, em 09/06/2026 11:57:12  
Para conferir a autenticidade do documento acesse o endereço <http://qr.al.r.r.leq.br/qr/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela 5AFM.B4DQ.ME000R72

1.9. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.10. O objeto da pretensa contratação deste Termo de Referência não se enquadra em nenhuma das Diretrizes Específicas de Planejamento da Contratação do Anexo I da IN 94 da SGD/ME de 2021.

## 2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

2.1. A solução a ser contratada pela Assembleia Legislativa do Estado de Roraima (ALE-RR) consiste no modelo de outsourcing de impressão, que abrange não apenas a locação dos equipamentos, mas também a manutenção preventiva e corretiva, o fornecimento de insumos (exceto papel) e suporte técnico especializado. Esse modelo foi escolhido por garantir previsibilidade financeira, alta disponibilidade dos serviços e redução dos custos operacionais.

### 2.2. ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA DO PRODUTO

2.2.1. A descrição completa dos produtos está no **ANEXO I** desse termo de referência.

## 3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

### 3.1. Necessidade da Contratação:

3.1.1. Assembleia Legislativa do Estado de Roraima (ALE-RR) necessita da contratação de serviços de impressão para atender às demandas de seus setores administrativos, legislativos e sociais. A continuidade desses serviços é essencial para garantir a eficiência e a qualidade das atividades legislativas e administrativas. Com o encerramento do contrato atual, é imperativo realizar uma nova contratação para evitar interrupções nos serviços prestados.

### 3.2. Forma de Cálculo do Quantitativo:

3.2.1. O quantitativo de 395 impressoras foi definido com base em uma série histórica de contratos anteriores, pesquisa atualizada com os setores da ALE-RR e memorandos enviados a essa Comissão. Esse levantamento considerou o aumento do número de salas e prédios, resultando em uma demanda ampliada. O modelo de franquia por páginas foi identificado como o mais adequado para atender de forma satisfatória todas as demandas. Para impressora do item 1, 2 e 3 a franquia estabelecida foi de 5000 páginas por mês.

### 3.3. Resultados e Benefícios Esperados:

3.3.1. A contratação visa garantir a alta disponibilidade dos serviços de impressão, manutenção preventiva e corretiva, e fornecimento de insumos (exceto papel). Os benefícios esperados incluem:

3.3.1.1. **Economia de Escala:** Redução dos custos unitários dos equipamentos e insumos devido à negociação em maior volume.

3.3.1.2. **Eficiência Operacional:** Previsibilidade financeira e redução dos custos administrativos com a centralização dos serviços de manutenção e suporte.

3.3.1.3. **Qualidade e Agilidade:** Melhoria na qualidade dos serviços prestados e na agilidade das operações administrativas e legislativas.

3.3.1.4. **Sustentabilidade:** Implementação de práticas sustentáveis, como logística reversa para destinação correta de resíduos.

### 3.4. Adoção do Sistema de Registro de Preços – SRP

3.4.1. Para presente contratação não será adotado o sistema de Registro de Preço.

3.5. A demanda deste Termo de Referência já está incluída no Plano de Contratação Anual (PCA) 2026.

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

##### Requisitos de Negócio:

4.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

- 4.1.1. O serviço prestado pela empresa deve incluir todo o serviço de outsourcing, a saber, o fornecimento dos equipamentos, a manutenção preventiva e corretiva, a reposição de peças originais e fornecimento de consumíveis, exceto papéis, conforme as especificações, quantidades e exigências detalhadas neste Termo de Referência;
- 4.1.2. A empresa contratada deverá fornecer todos os equipamentos de impressão, cópias e digitalização, insumos, acessórios e softwares associados, contemplando, inclusive, instalação nas dependências do ALE-RR, relacionados no item 6.2, obedecendo quando necessário o item 6.3;
- 4.1.3. Os toners deverão ser originais e lacrados para garantir a qualidade do serviço;
- 4.1.4. A CONTRATANTE poderá solicitar ativamente a reposição de insumos caso identifique falta de proatividade da empresa;
- 4.1.5. O processo de ocerização (OCR) deverá ser fornecido de forma embarcada ou por software.
- 4.1.6. As manutenções preventivas deverão ocorrer de forma proativa e periódica por parte da CONTRATADA, no espaço de tempo definido nos itens 4.6 (Requisitos de Manutenção).

##### Requisitos de Capacitação

- 4.2. Será necessário treinamento à equipe que atuará com a solução.
- 4.3. Um (1) treinamento no momento da instalação das impressoras, com repasse de conhecimento de manuseio das funcionalidades básicas, para a equipe do local onde será instalado o equipamento;
- 4.4. O conteúdo do treinamento deverá abranger todas as operações necessárias para correta operação dos equipamentos e demais procedimentos pertinentes;

##### Requisitos Legais

- 4.5. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Portaria nº 370 da SGD/MGI de 8 de março de 2023 e Resolução Legislativa 001 de 8 de abril de 2024 da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima;

##### Requisitos de Manutenção

- 4.6. Devido às características da solução, há necessidade de realização de suporte e manutenção pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução e ao aperfeiçoamento de suas funcionalidades, a seguir descritos:
  - 4.6.1. Manutenção Preventiva: ação planejada e sistemática de tarefas de prevenção de incidentes que importem em indisponibilidade parcial/total ou queda de desempenho e qualidade dos bens/serviços relacionados na contratação, executadas de forma constante, envolvendo inspeção, monitoramento ativo de eventos, reformas, reparos, limpeza, entre outros. Deve ser executada, proativamente, pelo menos uma vez a cada 2 meses, ou a pedido da CONTRATANTE, e envolverá as seguintes ações/atividades/tarefas sob responsabilidade da CONTRATADA, sem custos adicionais para a ALE-RR;
    - 4.6.1.1. Limpeza interna e externa dos equipamentos de impressão com o intuito de remover resíduos de insumos que possam comprometer a utilização do equipamento e a qualidade das impressões e cópias, com a periodicidade estipulada pela CONTRATANTE para seus equipamentos;
    - 4.6.1.2. Atualização de firmware das impressoras, sempre que recomendado pelo fabricante, para correção de falha no código que comprometa a segurança, para a inclusão de nova funcionalidade que melhore os serviços já

disponibilizados e para correção de defeito no código que comprometa a utilização de qualquer funcionalidade preexistente no equipamento.

4.6.2. Manutenção Corretiva: Trata-se de manutenção eventual causada por falhas e erros que possam gerar perda de desempenho, sobrecargas ou indisponibilidade parcial/total dos equipamentos/serviços relacionados na contratação, requeridas sob demanda pela ALE-RR. Envolverá as seguintes ações/atividades/tarefas sob responsabilidade da CONTRATADA, sem custos adicionais para a ALE-RR:

4.6.2.1. Substituição in-loco (atendimento on-site) pela CONTRATADA de componentes e peças que apresentem defeitos, sejam eles de fabricação ou devido ao uso (desgaste).

4.6.2.2. Substituição in-loco (atendimento on-site) pela CONTRATADA de insumos/consumíveis, como toner e Kit Fotocondutor, nos equipamentos de impressão.

4.6.2.3. Regulagem dos mecanismos e componentes dos equipamentos de impressão que estejam comprometendo a utilização ou a qualidade dos trabalhos executados nestes, preferencialmente para os padrões recomendados pelo fabricante.

4.6.2.4. Atualização de firmware das impressoras sempre que identificado defeito que comprometa a utilização de qualquer funcionalidade preexistente no equipamento.

4.6.2.5. Substituição do equipamento por outro, de configuração similar ou superior, sempre que identificada impossibilidade de correção dos problemas encontrados.

4.6.2.6. Substituição do equipamento por outro, de configuração similar ou superior, quando da ocorrência de problemas recorrentes e frequentes que impactem em constantes paradas do equipamento, afetando o serviço e contribuindo para insatisfação do usuário/cliente.

4.6.2.6.1. Para fins deste requisito, será considerado problema recorrente e frequente, aqueles que afetarem o equipamento causando indisponibilidade temporária ou permanente, além dos níveis de serviço acordados, com frequência igual ou superior a 3 (três) vezes dentro do período compreendido nos últimos 3 (três) meses.

4.6.3. Manutenção Evolutiva: atualizações na solução (impressoras, equipamentos servidores e software), promovidas pela CONTRATADA, por iniciativa própria e a seu critério, que passe a integrar a solução comercial, durante a vigência do contrato, em virtude de liberação de novas versões, de quaisquer correções de erros, inclusão de novas funcionalidades, melhorias no desempenho de software ou dos equipamentos, incluindo a substituição deles. As manutenções evolutivas não poderão gerar custos adicionais para a ALE-RR.

4.6.4. Manutenção Adaptativa: adequação da solução de hardware, incluindo impressoras e demais equipamentos, incluindo modificação/alteração ou agregação de funcionalidades ou recursos, para atendimento de necessidades de negócio visando a manutenção dos requisitos especificados neste Termo de Referência ao longo do contrato, a pedido da CONTRATANTE ou por iniciativa da CONTRATADA, sem custos adicionais para o ALE-RR. Envolverá as seguintes ações/atividades/tarefas sob responsabilidade da CONTRATADA:

4.6.4.1. Substituição dos equipamentos de impressão ou de peças/componentes (upgrade) sempre que eles apresentarem insuficiência ou queda de desempenho que afete o desempenho aceitável requerido da Solução.

## Requisitos Temporais

4.7. Após a assinatura do contrato e a emissão da ordem de serviço para a implantação, a contratada terá 45 dias corridos para concluir o cronograma de implantação, podendo ser prorrogado por igual período.

4.7.1. A contratante poderá a qualquer momento no período de implantação solicitar dilatação de prazo;

4.7.2. A prorrogação por parte da contratada, deverá ser justificada e autorizada pelo Superintendente Geral.

- 4.8. Demais critérios temporais acerca da prestação continuada dos serviços estão descritos no ponto 8.23.13.
- 4.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento;
- 4.10. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos;
- 4.11. Demais critérios temporais acerca da prestação continuada dos serviços estão descritos nos níveis mínimos de serviço.

#### Requisitos de Segurança e Privacidade

- 4.12. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos da Segurança da Informação e da Privacidade elencando abaixo:
  - 4.12.1. Evitem vazamento de dados e fraudes digitais;
  - 4.12.2. Possibilitem a rastreabilidade de forma a manter a trilha de auditoria SIP;
  - 4.12.3. Assegurem gestão e tratamento de incidentes de forma sistematizada;
  - 4.12.4. Realizem o tratamento de dados pessoais, conforme disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e o tratamento de informações classificadas, conforme legislação vigente.

#### Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

- 4.13. Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:
  - 4.13.1. Cumprir, no que couber, as exigências do inciso XI, art. 7º da Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos 4 PNRS.
  - 4.13.2. A logística reversa é de responsabilidade da contratada, devendo ela obedecer a todas as normas específicas vigentes para a destinação final, inclusive de restos de toner, cartuchos e embalagens dos produtos utilizados. Dentre as normas da legislação obrigatórias a serem seguidas, destacam-se: o Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, a IN/SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010, e o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012.
  - 4.13.3. A contratada deverá fornecer o Plano de Gerenciamento de Resíduos, comprovando a correta destinação dos cartuchos/toners usados e o pleno atendimento à legislação supracitada.

#### Requisitos da Arquitetura Tecnológica

- 4.14. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.
- 4.15. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.
- 4.16. Parque de impressoras e multifuncionais: equipamentos a serem alocados nas unidades do ALE-RR e que realizam funções de impressão policromática, monocromáticas, cópia, digitalização e ocerização de documentos corporativos, nas quantidades e especificações a serem detalhadas neste Termo de Referência. Todas as peças, insumos e consumíveis para o adequado funcionamento dos equipamentos, assim como o suporte técnico necessário, devem estar inclusos na Solução.
- 4.17. Ambiente de computadores clientes: computadores (workstations, notebook, desktops e celulares) da CONTRATANTE com sistemas operacionais diversos (Windows, Linux, macOS, iOS e Android) que farão uso dos recursos da Solução.

#### Requisitos de Projeto e de Implementação



- 4.18. Deverão ser mantidos nas instalações físicas da CONTRATANTE, ou se necessário em um ambiente virtualizado, durante toda a vigência contratual, 1(um) servidor de bilhetagem e 1(um) servidor de backup, que deverá ser uma imagem ou espelho do servidor principal, capaz de assumir toda a operação de bilhetagem em caso de falha no principal, garantindo a redundância e, portanto, a continuidade do serviço.
- 4.19. O licenciamento do sistema operacional e demais softwares necessários ao funcionamento dos servidores de bilhetagem é de responsabilidade da CONTRATADA.
- 4.20. A CONTRATADA deverá fornecer acesso a software via web, disponível 7 dias por semana, 24 horas por dia, que permita a consulta e geração de relatórios de consumo de impressões por impressora, visando a máxima transparência quanto a utilização dos recursos de impressão.
- 4.21. O software via web, supracitado, deverá permitir ainda a geração de relatórios que, além de fornecer informações gerenciais sobre o parque de impressão e a respeito das quantidades, data/horário, valores e nomes dos documentos impressos, também possua a capacidade de filtrar as informações:
  - 4.21.1. por equipamento;
  - 4.21.2. por tipo de impressão (monocromática, policromática);
  - 4.21.3. por modo de impressão (econômico, normal).
- 4.22. O software de bilhetagem deve fornecer histórico de utilização dos consumíveis com vida útil real por equipamento.
- 4.23. O software de bilhetagem deve monitorar automaticamente o suprimento (papel e tonner) das impressoras, gerando alertas de suprimento baixo antes de seu término.
- 4.24. O software de bilhetagem deve capturar contadores das impressoras de forma automática.
- 4.25. O usuário dos servidores da ALERR que faram uso desse software terá perfil administrador, enquanto os usuários da Contratado terão perfil somente de consultor, suporte ou manutenção, sem poder de alterar nenhuma informação.
- 4.26. Não poderá haver cobrança adicional sobre o uso do software de bilhetagem, uma vez que ele faz parte da prestação do serviço de outsourcing de impressão.

### Requisitos de Implantação

- 4.27. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:
- 4.27.1. Caso exista impressoras e multifuncionais atualmente instaladas, deverão ser substituídas pelos novos modelos contratados, através de agendamento prévio com os usuários das unidades contempladas a cargo da CONTRATADA;
- 4.27.2. Para cada equipamento do parque atual substituído, bem como para novas instalações, deverá ser preenchido o Relatório de Atendimento Técnico (RAT). O RAT deverá ser assinado por usuário responsável do setor contemplado na instalação, confirmando a instalação do equipamento e o treinamento dos usuários na operação da impressora. Este documento deverá ser digitalizado e enviado a Superintendência de Logística e Gestão Patrimonial, para comprovação da instalação do equipamento sendo um dos requisitos básicos para a autorização de pagamento do custo de locação;
- 4.27.3. A CONTRATADA deverá:
1. Fornece todos os materiais necessários à instalação física, à configuração e ao perfeito funcionamento dos equipamentos, incluindo os cabos elétricos e lógicos (no mínimo categoria 5E), transformador e ou estabilizadores de tensão e demais materiais necessários ao correto funcionamento dos equipamentos.
2. Fornecer e instalar, com o apoio da ALE-RR, aplicativos que proverão o serviço de impressão.

- 4.27.3.3. Realizar testes para concluir o projeto de implantação da unidade.
- 4.27.4. Para melhor clareza da fase de Implantação, define-se que:
- 4.27.4.1. A retirada dos equipamentos atualmente existentes, fruto do atual contrato de solução de impressão pela ALE-RR, é responsabilidade única e exclusiva da atual prestadora dos serviços. Portanto, não será permitida à nova CONTRATADA a retirada/transporte desses equipamentos do setor/unidade.
- 4.27.4.2. Após a fase de Implantação, para ampliação do parque ou substituições, impressoras novas serão instaladas sob demanda, à medida que forem sendo requisitadas pelas unidades.
- 4.27.5. O cronograma de implantação está no **ANEXO V** deste Termo de Referência.

### Requisitos de Garantia e Manutenção

- 4.28. O prazo de garantia contratual dos bens é de no mínimo 12 meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente da data da assinatura do contrato.
- 4.29. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 4.30. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 4.31. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 4.32. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 4.33. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.
- 4.34. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 4.35. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 4.36. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado, devendo eles serem retirados localmente ou buscados via transportadora.
- 4.37. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência própria e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

### Requisitos de Experiência Profissional

- 4.38. Os serviços de manutenção e suporte deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços;
- 4.39. A CONTRATADA deverá dimensionar adequadamente a sua equipe de profissionais de forma a atingir os níveis de serviço estabelecidos neste Termo de Referência.
- 4.40. A formação da equipe de profissionais é de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA e serão gerenciados exclusivamente pelo preposto da empresa.

4.41. A prestação de serviços dessa contratação não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a ALE-RR, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação.

#### Requisitos de Formação da Equipe

- 4.42. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.
- 4.43. A formação da equipe de profissionais é de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA e serão gerenciados exclusivamente pelo preposto da empresa.
- 4.44. O vínculo empregatício da equipe técnica com a empresa vencedora, conforme exigido, deverá ser comprovado até o momento da assinatura do contrato, mediante o registro formal (carteira de trabalho, contrato de trabalho etc.) que demonstre a formalização da relação entre a empresa e os profissionais designados para a execução do objeto.

#### Requisitos de Metodologia de Trabalho

- 4.45. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.
- 4.46. A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.
- 4.47. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento em horário comercial (8h às 18h) de segunda a sexta-feira de maneira eletrônica e/ou por via telefônica.
- 4.48. A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

#### Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

- 4.49. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:
- 4.49.1. Manter sigilo, sob pena de responsabilidades civis, penais e administrativas, sobre todo e qualquer assunto de interesse da ALE-RR, de que tomar conhecimento, em razão da execução do objeto do futuro Contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido também;
- 4.49.2. A CONTRATADA deverá comunicar a ALE-RR qualquer ocorrência de transferência, remanejamento ou demissão de funcionário, para que seja providenciada a revogação de todos os privilégios de acessos aos sistemas, informações e recursos da CONTRATANTE, porventura colocados à disposição para realização dos serviços contratados, como instalação, por exemplo;
- 4.49.3. A CONTRATADA deverá manter a integridade da rede de dados e das informações da ALE-RR durante a prestação dos serviços;
- 4.49.4. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos **ANEXOS VI e VII**.

#### Vistoria

- 4.50. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é facultativa para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, em horário comercial, pré-agendado com a área técnica da unidade;
- 4.51. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria;

4.52. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

4.53. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

#### **Sustentabilidade**

4.54. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.54.1. A logística reversa é de responsabilidade da contratada, devendo ela obedecer a todas as normas específicas vigentes para a destinação final, inclusive de restos de toner, cartuchos e embalagens dos produtos utilizados;

4.54.2. A contratada deverá fornecer o Plano de Gerenciamento de Resíduos, comprovando a correta destinação dos cartuchos/toners usados e o pleno atendimento à legislação supracitada.

#### **Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço**

4.55. Não haverá vedação de marca e produto para a execução do serviço.

#### **Da exigência de carta de solidariedade**

4.56. Não será necessário a exigência de carta de solidariedade.

#### **Subcontratação**

4.57. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Da verificação de amostra do objeto**

4.58. Não será exigida amostras dos objetos contratuais.

#### **Garantia da Contratação**

4.59. Será exigida a garantia de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, nos termos do art. 98 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.59.1. A justificativa para a exigência de 5% baseia-se na importância de garantir a segurança e a execução adequada dos serviços contratados, considerando a natureza crítica do objeto da contratação. A garantia de 5% sobre o valor inicial do contrato, conforme disposto no artigo 98 da Lei nº 14.133 de 2021, visa mitigar riscos associados ao descumprimento das obrigações contratuais, bem como assegurar a adimplência de penalidades, multas e indenizações decorrentes de possíveis inadimplementos. Essa medida é essencial para proteger os interesses da CONTRATANTE, pois a solução em questão é de suma importância para a continuidade dos serviços desta Casa Legislativa.

4.60. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato;

4.61. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato;

4.62. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

#### **Informações relevantes para a apresentação da proposta**

4.63. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- 4.63.1. Para apresentação da proposta, cada serviço ou produto do lote deverá estar discriminado em itens separados nas propostas de preços, de modo a permitir a identificação do seu preço individual na composição do preço global, e a eventual incidência sobre cada item das margens de preferência para produtos e serviços que atendam às Normas Técnicas Brasileiras - NTB, de acordo com o art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.63.2. Deverá apresentar marca e modelo dos equipamentos ofertados, juntamente com documento das informações técnicas do fabricante (datasheet, folder etc.).

## 5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

### 5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- 5.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 5.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- 5.1.3. Receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.4. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 5.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.6. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- 5.1.8. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;
- 5.1.9. Solicitar a troca dos objetos que não atenderem às especificações dos objetos contratados e vetar o emprego de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar seus bens patrimoniais ou ser prejudicial à saúde dos servidores e ao meio ambiente;
- 5.1.10. Recusar o objeto entregue em desacordo com o contrato;
- 5.1.11. Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e, posterior, recebimento definitivo;
- 5.1.12. Promover reunião inicial entre a CONTRATADA e a ALE-RR para alinhamento das expectativas;
- 5.1.13. Fornecer à(s) CONTRATADA(s) as informações necessárias para a plena execução do Contrato;
- 5.1.14. Informar à CONTRATADA, dentro do período de vigência, os novos locais em que se encontram os objetos, caso ocorra seu remanejamento para outras unidades da ALE-RR não informadas neste Termo de Referência;

### 5.2. São obrigações do CONTRATADO

- 5.2.1. Indicar formalmente e por escrito, no prazo máximo de cinco (05) dias úteis após a assinatura do contrato, junto à contratante, um preposto idôneo com poderes de decisão para representar a



contratada, principalmente no tocante à eficiência e agilidade da execução do objeto deste Termo de Referência, e que deverá responder pela fiel execução do contrato;

- 5.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 5.2.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.6. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.7. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 5.2.8. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 5.2.9. Executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD);
- 5.2.10. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato, sem prévia autorização da ALERR;
- 5.2.11. Não fazer uso das informações prestadas pela contratante para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão;
- 5.2.12. Executar os serviços e fornecer os equipamentos conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta comercial, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta comercial;
- 5.2.13. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 5.2.14. Apresentar a ALERR, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço e fornecimento dos equipamentos;
- 5.2.15. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade a ALERR;
- 5.2.16. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 5.2.17. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar a ALERR toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 5.2.18. Relatar a ALERR toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços ou fornecimento dos equipamentos;



produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação durante a execução do Contrato, conforme especificação;

- 5.2.38. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas compras e serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato;
- 5.2.39. Apresentar fatura no valor autorizado e condições do Contrato, apresentando-a a ALERR para ateste e pagamento após a autorização de faturamento pelo Gestor do Contrato;
- 5.2.40. Atender às determinações do Gestor do Contrato inerentes às obrigações contratuais e/ou à prestação e/ou gestão dos serviços;
- 5.2.41. Executar as especificações de garantia de funcionamento definidas neste Termo de Referência;
- 5.2.42. Fornecer para a ALERR documentação oficial que comprove a titularidade dos equipamentos fornecidos;
- 5.2.43. Registrar todas as solicitações feitas pela ALERR para acompanhamento e controle;
- 5.2.44. Da execução dos serviços e do fornecimento dos equipamentos:

5.2.44.1. Disponibilizar para download, durante o prazo de manutenção e suporte técnico, todas as atualizações corretivas, evolutivas, de segurança, de funcionalidades e releases referentes aos softwares cujos equipamentos foram adquiridos, sem quaisquer ônus adicionais para a ALERR num prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data da atualização ou releases;

5.2.44.2. Não disponibilizar qualquer informação de propriedade da ALERR, por qualquer meio, a qualquer terceiro e para qualquer finalidade, sem a anuência expressa do CONTRATANTE;

- 5.2.45. Declaração de que o licitante possui escritório local (Boa Vista – RR), a ser comprovado no prazo máximo da assinatura do contrato.

5.3. São obrigações do órgão gerenciador do registro de preços:

- 5.3.1. Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;
- 5.3.3. Definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:

5.3.3.1. As formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e

5.3.3.2. Definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;

- 5.3.4. Definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:

5.3.4.1. A definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;

5.3.4.2. As regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pelo contratado; e

5.3.4.3. As regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a verificação de Amostra do Objeto, observado o disposto no inciso III, alínea "c", item 2 do art. 17 da Instrução Normativa SGS/ME nº 94, de 2022, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.

## 6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

### Condições de execução

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1. Início da execução do objeto: 45 dias da assinatura do contrato;

6.1.2. A CONTRATADA deverá fornecer e instalar os equipamentos nas dependências da ALERR e em seus anexos, nos locais determinados pela CONTRATANTE, obedecendo às especificações mínimas e demais condições estabelecidas, fornecendo ainda suprimentos e materiais de consumo, exceto papel, destinados à sua operação;

6.1.3. O serviço será executado para as unidades da ALERR, conforme identificadas no item 6.2;

6.1.3.1. Se a tabela de locais for atualizada, como acréscimo de locais ou mudanças de endereços, a Contratada deverá prestar os serviços da mesma forma, sem ônus para o Contratante.

6.1.4. O início da prestação do serviço deverá se dar por emissão de Ordem de Serviço (OS) à empresa contratada;

6.1.5. O modelo de Ordem de Serviço e/ou Fornecimento de Bens está no **ANEXO II** deste Termo de Referência;

6.1.6. Os equipamentos deverão ser instalados nas dependências da CONTRATANTE no prazo estabelecido no item 8.13.23.2 deste Termo de Referência;

6.1.7. Fica a cargo do fornecedor ou transportador por ele contratado a descarga e movimentação do equipamento ou material do veículo até o local designado pelo servidor responsável pelo recebimento;

6.1.8. Instalados os equipamentos de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, deverá o fiscal do contrato se certificar da devida instalação, visando apurar possíveis falhas durante o procedimento e em caso afirmativo solicitar à CONTRATADA para saná-los em prazo previamente delimitado. Não cumprido o prazo, poderá a empresa sofrer sanção pela CONTRATANTE;

6.1.9. Estando todos os equipamentos devidamente instalados e aptos à utilização, o objeto será recebido pelo fiscal do contrato;

6.1.10. Poderá, durante a execução do contrato, a empresa ser acionada para modificar a localização do equipamento e reinstalá-lo;

6.1.11. Os materiais (exceto papel) necessários e utilizados para o funcionamento dos equipamentos fornecidos pela licitante vencedora para a execução do objeto estarão sujeitos à aceitação pelo Gestor e/ou Fiscal(is) de Contrato da CONTRATANTE;

6.1.12. Fica garantido à CONTRATANTE o direito de recusa caso os materiais não estejam de acordo com as especificações constantes do presente Edital e seus Anexos, ou caso se constate a existência de vícios ou defeitos no todo ou em parte da execução do objeto desta licitação;

6.1.13. Após a aferição dos dados e constatada a regularidade destes, o gestor e/ou fiscal do contrato autorizará a CONTRATADA a emitir a nota fiscal.

### Local e horário da prestação dos serviços

6.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

Id	LOCAL	CIDADE	ENDEREÇO
1	SEDE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA	BOA VISTA	PRAÇA DO CENTRO CIVICO, Nº 202, BAIRRO: CENTRO, CEP: 69.301-380
2	CENTRO DE APOIO AOS MUNICÍPIOS - CAM	BOA VISTA	RUA SURUMÚ, Nº 1119, BAIRRO: SÃO VICENTE - CEP: 69.303-455

3	PROCURADORIA DA MULHER (CHAME)	BOA VISTA	AV. SANTOS DUMONT, Nº 1470, BAIRRO: APARECIDA - CEP: 69.306-040
4	ESCOLEGIS - PITOLANDIA	BOA VISTA	RUA SÓLON RODRIGUES PESSOA, Nº 1313, BAIRRO: SANTA LUZIA - CEP: 69.316-695
5	ESCOLEGIS - VENEZUELA/BAIRRO:LIBERDADE	BOA VISTA	AVENIDA VENEZUELA, Nº 1645, BAIRRO: LIBERDADE - CEP: 69.303-495
6	CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA JUVENTUDE - CCJUV	BOA VISTA	AV. DIAMANTE, Nº 1227, BAIRRO: PEDRA PINTADA
7	TORRE - EQUIPAMENTOS DA COMUNICAÇÃO	BOA VISTA	RUA PROFESSOR AGNALDO BITENCOUT, Nº 127-B, BAIRRO: CENTRO
8	SUPERINTENDÊNCIAS/COMISSÕES - ATRÁS DO FORUM	BOA VISTA	RUA ARAÚJO FILHO, Nº 697, BAIRRO: CENTRO- CEP: 69.301-090
9	SUP. DE PROGRAMAS ESPECIAIS (PROCON) e (FISCALIZA)	BOA VISTA	AVENIDA GENERAL ATAÍDE TEIVE, Nº 3510, BAIRRO: BURITIS- CEP: 69.309-187
10	PROG. DE DEFESA DOS DTOS. HUMANOS E CIDADANIA	BOA VISTA	RUA CORONEL PINTO, Nº 524, BAIRRO: CENTRO - CEP: 69.301-150
11	CENTRO DE ACOLHIMENTO AO AUTISTA - TEAMARR	BOA VISTA	AVENIDA SANTOS DUMONT, Nº. 1193, SÃO FRANCISCO, CEP. 69305-105
12	NÚCLEOS ADMINISTRATIVOS - (DPU)	BOA VISTA	AVENIDA GETÚLIO VAGAS, Nº 10788, BAIRRO: SÃO PEDRO - CEP: 69.303-472
13	CCJUV – SENADOR HELIO CAMPOS	BOA VISTA	-RUA CAUBI BRASIL DE MAGALHÃES, Nº. 2485, SENADOR HÉLIO CAMPOS, CEP 69316-518. -RUA S 33, Nº 158, SENADOR HÉLIO CAMPOS, CEP 69.316-606.
14	LOCAÇÃO PRÉDIO - BRADESCO	BOA VISTA	AV. VILLE ROY, Nº 5717, 2º E 3º PISO, BAIRRO CENTRO
15	DEPÓSITO MECEJANA	BOA VISTA	RUA JOÃO BARBOSA, Nº 78, BAIRRO: MECEJANA - CEP: 69.303-330
16	QUADRA DE FUTEBOL SOCIETY	BOA VISTA	Rua SR-07, nº 429, Quadra 18, Lote 95 – Bairro Murilo Teixeira
17	PROGRAMA BEM-ESTAR ANIMAL	BOA VISTA	AV. MARIO HOMEM DE MELO, Nº 191, BAIRRO CENTRO
18	CCJUV - CAROEBE - NOVO	CAROEBE	RUA BOA VISTA, S/N, BAIRRO CENTRO - CAROEBE
19	ESCOLEGIS - RORAINÓPOLIS	RORAINÓPOLIS	RUA ULISSES GUIMARÃES, Nº 692, BAIRRO: CENTRO - CEP: 69.373-000
20	CCJUV - SÃO JOÃO DA BALIZA	S. J. DA BALIZA	AVENIDA SÃO PAULO Nº 1484, BAIRRO: CENTRO - CEP: 69.375-000
21	ESCOLEGIS - ALTO ALEGRE	ALTO ALEGRE	AVENIDA JOÃO XXIII, Nº 1375, BAIRRO: CENTRO - CEP: 69.350-000
22	ESCOLEGIS - MUCAJÁ	MUCAJÁ	AVENIDA PADRE RICARDO SILVESTRE, Nº 460, BAIRRO: CENTRO - CEP: 69.340-000
23	PROCURADORIA DA MULHER (CHAME)-VELHO	RORAINÓPOLIS	RODOVIA BR 174, Nº 4863, BAIRRO: CENTRO - CEP: 69.373-000
24	ESCOLEGIS - SÃO LUIZ	S. L. DO ANAUÁ	RUA PAIVA BRASIL, S/N, BAIRRO: CENTRO - CEP: 69.307-000
25	ESCOLEGIS - CARACARAI	CARACARAI	AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY, Nº 1151, BAIRRO: CENTRO - CEP: 69.360-000
26	BALIZA - CLUB	S. J. DA BALIZA	RD BR 210, V. OLÍMPICA EUGENIO ALVES, S/N, CEP: 69.375-000
27	CHAME - NOVO - RORAINÓPOLIS	RORAINÓPOLIS	AV. DRA. YANDARA, Nº 3058, CEP: 69.373-000, RORAINÓPOLIS



6.3. Os locais mencionados no item 6.2 correspondem ao quantitativo atual de imóveis pertencentes à ALERR, podendo haver alterações para acréscimos ou reduções sem gerar ônus para a Contratante.

6.4. Os serviços serão prestados no seguinte horário:

6.4.1. De Segunda-feira a Sexta-feira em horário comercial das 8:00Hs às 18:00Hs;

Materiais a serem disponibilizados

6.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades descritas nos itens 1.1 deste Termo;

#### Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

6.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

6.6.1. Quantidades solicitadas:

Item	Descrição	Quantidade
1	Impressora Multifuncional Monocromática A4	202
2	Impressora Multifuncional Policromática A4	186
3	Impressora Multifuncional Policromática A3	7
TOTAL		395

#### Especificação da garantia do serviço ([art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

6.7. O prazo de garantia contratual dos serviços será de, no mínimo 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente da data da assinatura do contrato.

#### Formas de transferência de conhecimento

6.8. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

#### Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.9. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

#### Quantidade mínima de serviços para comparação e controle

6.10. Cada OS conterá o volume de serviços demandados, incluindo a sua localização e o prazo;

6.11. Para a perfeita execução do objeto, a CONTRATADA deverá disponibilizar todos os itens nas quantidades determinadas neste Termo de Referência, promovendo a sua substituição/atualização quando necessário;

6.12. A vencedora do certame entregará, juntamente com os equipamentos, documentação técnica completa dos equipamentos, certificados de garantia e outras documentações técnicas pertinentes aos bens demandados.

#### Mecanismos formais de comunicação

6.13. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

6.13.1. Ordem de Serviço;

- 6.13.2. Ata de Reunião;
- 6.13.3. Ofício;
- 6.13.4. Sistema de abertura de chamados;
- 6.13.5. E-mails;

#### Formas de Pagamento

6.14. Os critérios de medição e pagamento dos serviços prestados serão tratados em tópico próprio.

#### Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.15. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

### 7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 7.3. As comunicações entre a ALE-RR e o CONTRATADO devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.4. A ALE-RR poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

#### Preposto

- 7.5. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 7.6. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de vigência do contrato;
- 7.7. Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade

#### Reunião Inicial

- 7.8. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.
- 7.9. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 15 (quinze) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.9.1. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

- 7.9.1.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;
- 7.9.1.2. Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.9.1.3. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo, CPF, endereço de residência e e-mail do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

#### Fiscalização

7.10. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)), nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

#### Fiscalização Técnica

7.11. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.11.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

7.11.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

7.11.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

7.11.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

7.11.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

#### Fiscalização Administrativa

7.12. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.12.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

#### Gestor do Contrato

7.13. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

- 7.14. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).
- 7.15. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).
- 7.16. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).
- 7.17. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).
- 7.18. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).
- 7.19. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 8.1. A avaliação da qualidade dos serviços entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios descritos no tópico 8.22.17 e relacionados a seguir:
- 8.1.1. Todos os componentes e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, sem a utilização de adaptadores, fresagens, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos não previstos nas especificações técnicas ou, ainda, com emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o produto ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis.
  - 8.1.2. Todos os componentes internos do(s) equipamento(s) deverá(ão) estar instalado(s) de forma organizada e livres de pressões ocasionados por outros componentes ou cabos, que possam causar desconexões, instabilidade, ou funcionamento inadequado.
  - 8.1.3. O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à garantia e assistência técnica no Brasil.
  - 8.1.4. Os produtos, considerando a marca e modelo apresentados na licitação, não poderão estar fora de linha comercial, considerando a data de LICITAÇÃO (abertura das propostas). Os produtos devem ser fornecidos completos e prontos para a utilização, com todos os acessórios, componentes, cabos etc.
  - 8.1.5. Todas as licenças dos softwares e drivers solicitados deverão estar devidamente registradas para uso exclusivo do CONTRATANTE e plenamente funcionais durante toda a vigência do contrato, não sendo admitidas versões <shareware= ou <trial=. O modelo do produto ofertado pelo licitante deverá estar em fase de produção pelo fabricante (no Brasil ou no exterior), sem previsão de encerramento de produção, até a data de entrega da proposta.
  - 8.1.6. A Contratante poderá optar por avaliar a qualidade de todos os equipamentos fornecidos ou uma amostra dos equipamentos, atentando para a inclusão nos autos do processo administrativo de

COMISSÃO DE CONFECÇÃO DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA PARA A

Assinado eletronicamente por **ISRAEL MATTOS CHAGAS**, Integrante Técnico, em 05/05/2026 16:28:43

Assinado eletronicamente por GONÇALVES RAFAEL SOUSA, integrante TCEMGO, em 06/05/2025 às 16:29:15

Assinado eletronicamente por **ORLANDO VAGNO DE JESUS SANTOS**, Superintendente Geral, em 06/05/2026 17:29:11

Assinado eletronicamente por **SIMONNE NUNES DOS SANTOS**, Superintendente de Pesquisa, Inovação, Desenvolvimento e In, em 05/05/2026 16:41:22

Assinado eletronicamente por: **JOHANE DOS SANTOS MORAES** - Superintendente de Compras e Serviços -

Assinado eletronicamente por **ANDRÉ GURASO CARLOS**, Superintendente de Compras e Serviços, em 09/06/2026 15:57:01

Para conferir a autenticidade do documento acesse o endereço <http://grp.al.rr.leg.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela **532N.84DQ.1M0000R7Z**





- 8.9. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
- 8.10. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))
- 8.11. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 8.12. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 8.12.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 8.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 8.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))
- 8.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 8.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 8.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5(cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 8.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
- 8.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;
- 8.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

- 8.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
  - 8.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
  - 8.18.6. Modelo de Recebimento Definitivo está no **ANEXO IV** deste Termo de Referência.
- 8.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 8.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## Procedimentos de Teste e Inspeção

- 8.22. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:
- 8.22.1. O CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências, de acordo com o escopo do presente termo de referência, visando esclarecer quaisquer situações relacionadas à prestação dos serviços contratados e bens entregues, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las;
- 8.23. Níveis Mínimos de Serviço Exigidos
- 8.23.1. Para o fornecimento ou retirada de bens, o horário de acesso às unidades da ALERR será entre 08h às 18h (horário local), de segunda a sexta-feira (dias úteis).
- 8.23.2. O serviço de suporte técnico deverá estar disponível das 08h às 18h (horário local), de segunda a sexta-feira (dias úteis).
- 8.23.3. Os chamados abertos após as 18h terão seus prazos contabilizados a partir das 8h do próximo dia útil (hora útil).
- 8.23.4. A CONTRATANTE poderá, excepcionalmente, solicitar plantões ou atendimentos em fins de semana, feriados ou períodos fora do horário de atendimento estabelecido neste Termo de Referência, para intervenções ou manutenções, em caso de necessidades especiais (realização de concurso, matrículas, eventos específicos etc.). Tais eventos/necessidades especiais serão previamente comunicados à CONTRATADA com, no mínimo, 3 (três) dias úteis de antecedência.
- 8.23.5. Eventualmente será necessária a realocação de equipamentos dentro de uma mesma Localidade ou até mesmo entre Localidades, sendo que a realocação também pode se dar nas condições de atendimento de necessidades especiais, conforme mencionado acima. Quando a realocação for temporária (ex: realização de um evento), o equipamento deverá ser recolhido e reinstalado no local de origem pela CONTRATADA. Os serviços de transporte e logística, assim como os serviços de desinstalação e reinstalação dos equipamentos serão de responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus adicional.
- 8.23.6. O número de atendimentos/chamados para os serviços de manutenção descritos neste Termo de Referência não poderá ter limites, a qualquer prazo durante a vigência do contrato.
- 8.23.7. Para efeitos deste Termo de Referência, considerar-se-á:

8.23.7.1. Prazo de Diagnóstico: tempo decorrido entre a abertura/registro do chamado técnico para a CONTRATADA e o contato inicial da CONTRATADA com o usuário final para início do atendimento, diagnóstico e levantamento de necessidades;

8.23.7.2. Prazo para Resolução Definitiva: consiste no tempo decorrido desde a partir da conclusão do Diagnóstico até o encerramento do chamado, tendo a CONTRATADA, neste prazo, provido a solução definitiva, com o devido aceite pela CONTRATANTE.

8.23.8. Entende-se por Resolução Definitiva, a adoção de medidas corretivas a serem implementadas para sanar o problema/incidente ou requisição que resultou na abertura do chamado.

8.23.9. O Fornecimento de Equipamentos de Impressão é compreendido desde a solicitação formal pela CONTRATANTE, mediante a abertura de OS, até a efetiva entrega do equipamento no local informado na solicitação.

8.23.10. O prazo de instalação e configuração do equipamento junto ao usuário final passará a contar a partir de abertura de chamado técnico específico para este fim.

8.23.10.1. Para cumprimento do item anterior, a CONTRATADA poderá monitorar remotamente o consumo e os níveis de cada cartucho de toner a fim de identificar a tendência de consumo e o estoque de insumos.

8.23.11. A CONTRATANTE poderá solicitar ativamente a reposição de insumos caso identifique falta de proatividade da empresa.

8.23.12. A CONTRATANTE poderá solicitar reposição do estoque ou insumos reserva adicionais quando houver previsão de consumo em volume superior ao normalmente realizado, a fim de evitar eventual indisponibilidade.

8.23.13. Para efeitos da presente contratação, ficam estipulados e caracterizados os seguintes prazos a serem cumpridos pela CONTRATADA:

8.23.13.1. Manutenção Corretiva:

Serviço	Prazo de Diagnóstico	Prazo para Resolução Definitiva
Atendimento de chamado técnico.	2 (duas) horas úteis	6 (seis) horas úteis.
Atendimento de chamado técnico na capital quando envolver troca de insumos (materiais consumíveis).	2 (duas) horas úteis	6 (seis) horas úteis
Atendimento de chamado técnico nas demais localidades (interior) quando envolver troca de insumos (materiais consumíveis).	6 (seis) horas úteis	12 (doze) horas úteis
Atendimento de chamado técnico na capital quando envolver troca de peças ou parte do equipamento.	2 (duas) horas úteis	2 (dois) dias úteis
Atendimento de chamado técnico nas demais localidades (interior) quando envolver troca de peças ou parte do equipamento.	6 (seis) horas úteis	4 (quatro) dias úteis

8.23.13.2. Fornecimento de Equipamento de Impressão:

Serviço	Prazo para Resolução Definitiva
Fornecimento de Impressora (nova ou para substituição) na capital e no interior.	4 (cinco) dias úteis

8.23.13.3. Instalação e Configuração de Equipamento de Impressão junto ao Usuário Final para novas impressoras ou multifuncionais pós-implantação (adição de equipamentos) ou substituição:

Serviço	Prazo para Resolução Definitiva
Instalação e Configuração de Impressora (nova ou substituição).	8 (oito) horas úteis, a contar após o recebimento no local demandado

8.23.13.4. Remanejamento de equipamentos:

Serviço	Prazo para Resolução Definitiva
Realocação/remanejamento de um equipamento dentro da capital.	2 (dois) dias úteis
Realocação/remanejamento de um equipamento entre Localidades distintas (interior).	5 (cinco) dias úteis

8.23.14. Nos casos em que seja identificada a necessidade de extrapolar os prazos especificados para a conclusão de manutenção corretiva ou nos casos que seja identificada a impossibilidade de conserto do equipamento, este deve ser substituído imediatamente por outro equipamento similar ou superior a título de backup, sem custos adicionais para a CONTRATANTE. Deve ser realizada sua instalação/configuração nos computadores das unidades, a fim de manter a continuidade dos serviços. Caso o equipamento substituído fique em manutenção por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, o mesmo deverá ser substituído definitivamente por um novo ou usado, desde que em ótimo estado e atestados pela CONTRATANTE, com especificações iguais ou superiores.

8.23.15. Caberá à CONTRATADA, substituir os equipamentos que apresentarem o mesmo defeito por 3 (três) vezes, em um período de 3 (três) meses, obrigatoriamente. O mesmo deverá ser substituído definitivamente por um novo ou usado, desde que em ótimo estado e atestados pela CONTRATANTE, com especificações iguais ou superiores.

8.23.16. Desconsiderar-se-á para efeitos de cálculo do índice de indisponibilidade:

8.23.16.1. Manutenções executadas de forma programada;

8.23.16.2. Problemas decorrentes de falhas na infraestrutura elétrica ou na rede de dados da ALERR, como em geradores, nobreaks, switches, cabos, ataques à rede ou em decorrência de qualquer eventualidade que ocorra por motivo de força maior, imprevisível ou de difícil previsão, alheia à vontade de ambas as partes, que não permita a operação normal da Solução de Impressão e que não tenham sido provocadas por falhas decorrentes de má operação da Solução.

8.23.17. Os serviços contratados devem ser executados de forma a atender os Níveis Mínimos de Serviço Exigidos detalhados abaixo

INDICADOR 01 - Indicador de Atendimento Técnico (ITAT)	
Tópico	Descrição
Finalidade	Garantir a tempestiva resolução de problemas técnicos.
Meta a cumprir	Monitorar o tempo de resposta aos chamados técnicos para resolução de problemas relacionados à prestação do serviço contratado. As metas de atendimento devem observar os prazos definidos por categoria ou tipo de serviço conforme previsto na seção de requisitos temporais do Termo de Referência.
Instrumento de medição	Abertura de chamado.

Forma de acompanhamento	Para cada chamado aberto, será contabilizado o prazo de atendimento efetivo em relação ao prazo previsto.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de Cálculo (métrica)	<p>ITAT = Pmp – Par</p> <p>Onde:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Pmp = Prazo máximo previsto no Termo de Referência para atendimento técnico contabilizado em horas.</li> <li>Par = Prazo de atendimento realizado contabilizado em horas.</li> </ul>
Observações	<ul style="list-style-type: none"> <li>Serão utilizados dias úteis na medição</li> <li>Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias úteis no cômputo do indicador</li> <li>A indisponibilidade dos servidores de impressão acarretará na aplicação do presente índice para todos os equipamentos afetados</li> <li>Não se aplicará este indicador para as OS de Manutenções Corretivas do tipo Garantia e aquelas com execução interrompida ou cancelada por solicitação da CONTRATANTE</li> </ul>
Início de Vigência	Data e hora de emissão do chamado
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	<p>O ITAT não poderá superar as 6 horas para atendimento de chamado aberto, caso ocorra, aplicara as seguintes glosas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>De 6 a 10 (seis a dez horas úteis) - será aplicada glosa de 0,5% sobre a Nota Fiscal de serviços.</li> <li>De 11 a 20 (onze a vinte horas úteis) - será aplicada glosa de 0,6% sobre a Nota Fiscal de serviços.</li> <li>De 21 a 30 (vinte e um a trinta horas úteis) - será aplicada glosa de 0,7% sobre a Nota Fiscal de serviços.</li> <li>Acima de 30 (trinta horas úteis) - será aplicada multa de 3% sobre o valor do Contrato, sem prejuízo da glosa de 0,7% da Nota Fiscal.</li> </ul>

INDICADOR 02 - Indicador de Substituição de Equipamentos (ISE)	
Tópico	Descrição
Finalidade	Garantir a continuidade dos trabalhos em situações de falhas nos equipamentos que exijam manutenção.
Meta a cumprir	Monitorar o tempo de resposta da contratada nas situações de substituição do equipamento em caráter provisório ou definitivo.
Instrumento de medição	Abertura de chamado que resultou em troca de equipamento
Forma de acompanhamento	Devem ser realizados levantamentos mensais verificando-se os tempos das substituições dos equipamentos.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo (métrica)	<p>ISE = Pmp – Pr</p> <p>Onde:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Pmp = Prazo máximo previsto no Termo de Referência para troca dos equipamentos.</li> <li>Pr = Prazo realizado de troca.</li> </ul>
Observações	Prazo previsto no ponto 8.23.13.2 deste Termo de Referência



Início de Vigência	Data e hora de emissão do chamado.
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	<p>As impressoras deverão ser substituídas no prazo de 4 dias, exceto nos finais de semana e feriados. Portanto, o ISE não poderá superar 4 dias substituição do equipamento, caso ocorra, aplicara as seguintes glosas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>De 5 a 10 (dez dias) - caso contrário será aplicada glosa de 1% sobre a Nota Fiscal de serviços.</li> <li>De 11 a 15 (quinze dias) - caso contrário será aplicada glosa de 2% sobre a Nota Fiscal de serviços.</li> <li>De 16 a 20 (vinte dias) - caso contrário será aplicada glosa de 3% sobre a Nota Fiscal de serviços.</li> <li>De 21 a 30 (trinta dias) - caso contrário será aplicada glosa de 4% sobre a Nota Fiscal de serviços.</li> <li>Acima de 30 (trinta dias) - será aplicada multa de 3% sobre o valor do Contrato, sem prejuízo da glosa de 4% da Nota Fiscal.</li> </ul>

INDICADOR 03 - Troca por Reincidência de Defeitos (ITRD)	
Tópico	Descrição
Finalidade	Incentivar o fornecimento de equipamentos com qualidade mínima esperada com vistas a evitar a indisponibilidade frequente de equipamentos.
Meta a cumprir	Monitorar a quantidade de trocas em virtude de defeitos de mesma natureza.
Instrumento de medição	Chamados abertos para o mesmo equipamento sequenciais
Forma de acompanhamento	Devem ser realizados levantamentos mensais verificando-se a quantidade de trocas em função de defeitos.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de Cálculo (métrica)	$ITRD = QR / QT$ <p>Onde:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>ITRD = Indicador de quantidade de trocas em função de reincidências de defeitos em relação a quantidade total de trocas realizadas no período de aferição.</li> <li>QR: quantidade de trocas realizadas em função de reincidência de defeitos de mesma natureza.</li> <li>QT: quantidade total de trocas realizadas no período de aferição.</li> </ul>
Observações	-
Início de Vigência	Emissão do chamado
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	<p>Considerando que a troca de equipamentos por reincidência de defeitos configura uma ineficiência na prestação do serviço, será então aplicado as glosas mais severas para o Contratado. O ITRD não poderá atingir o índice de 0,10. Caso ocorra será aplicado a glosa de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>de 0,10 a 0,20 - será aplicada glosa de 5% sobre a Nota Fiscal de serviços.</li> <li>de 0,21 a 0,30 - será aplicada glosa de 6% sobre a Nota Fiscal de serviços.</li> <li>de 0,30 a 0,40 - será aplicada glosa de 7% sobre a Nota Fiscal de serviços.</li> <li>de 0,40 a 0,50 - será aplicada glosa de 8% sobre a Nota Fiscal de serviços.</li> <li>Acima de 0,50 - será aplicada multa de 5% sobre o valor do Contrato, sem prejuízo da glosa de 8% da Nota Fiscal.</li> </ul>

#### INDICADOR 04 – Atraso De Entrega de OS/OFB (IAE)

Para conferir a autenticidade do documento acesse o endereço <http://grp.al.rj.leg.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela 5A2N.84DQ.ME000B.VZ2

Tópico	Descrição	
Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes na Ordem de Serviço.	
Meta a cumprir	IAE <= 0	A meta definida visa garantir a entrega dos produtos e serviços constantes nas Ordens de Serviços e/ou Fornecimento de Bens dentro do prazo previsto.
Instrumento de medição	Através das ferramentas disponíveis para a gestão de demandas, por controle próprio da Contratante e lista de Termos de Recebimento Provisório e Definitivo emitidos.	
Forma de acompanhamento	A avaliação será feita conforme linha de base do cronograma registrada na OS/OFB. Será subtraída a data de entrega dos produtos da OS/OFB (desde que o fiscal técnico reconheça aquela data, com registro em Termo de Recebimento Provisório) pela data de início da execução da OS/OFB.	
Periodicidade	Mensalmente, para cada Ordem de Serviço e/ou Fornecimento de Bens encerrada e com Termo de Recebimento Definitivo.	
Mecanismo de Cálculo (métrica)	$IAE = \frac{TEX - TEST}{TEST}$ <p>Onde:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>IAE – Indicador de Atraso de Entrega da OS;</li> <li>TEX – Tempo de Execução – corresponde ao período de execução da OS, da sua data de início até a data de entrega dos produtos da OS. <ul style="list-style-type: none"> <li>A data de início será aquela constante na OS;</li> <li>Caso não esteja explícita, será o primeiro dia útil após a emissão da OS.</li> <li>A data de entrega da OS deverá ser aquela reconhecida pelo fiscal técnico, conforme critérios constantes no Termo de Referência. Para os casos em que o fiscal técnico rejeita a entrega, o prazo de execução da OS continua a correr, findando-se apenas quanto a Contratada entrega os produtos da OS e haja aceitação por parte do fiscal técnico.</li> </ul> </li> <li>TEST – Tempo Estimado para a execução da OS – constante na OS, conforme estipulado no Termo de Referência.</li> </ul>	
Observações	<p>Obs1: Serão utilizados dias úteis na medição.</p> <p>Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias úteis no cômputo do indicador.</p> <p>Obs3: Não se aplicará este indicador para as OS de Manutenções Corretivas do tipo Garantia e aquelas com execução interrompida ou cancelada por solicitação da Contratante.</p>	
Início de Vigência	A partir da emissão da OS.	
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	<p>Para valores do indicador IAE:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>De 0 a 0,10 – Pagamento integral da OS;</li> <li>De 0,11 a 0,20 – Glosa de 1% sobre o valor da OS;</li> <li>De 0,21 a 0,30 – Glosa de 2% sobre o valor da OS;</li> <li>De 0,31 a 0,50 – Glosa de 3% sobre o valor da OS;</li> <li>De 0,51 a 1,00 – Glosa de 4% sobre o valor da OS;</li> <li>Acima de 1 – Será aplicada Glosa de 5% sobre o valor da OS e multa de 5% sobre o valor do Contrato.</li> </ul>	

## Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

8.24. Nos casos de inadimplimento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme a tabela abaixo:

Id	Ocorrência	Glosa/Sanção
1	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 5 dias úteis.	Multa de 0,1% sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela Contratante, até o limite de 10 dias úteis.
		Após o limite de 10 dias úteis, aplicar-se-á multa de 1 % do valor total do Contrato.
2	Atraso de Entrega de OS	De 0 a 0,10 – Pagamento integral da OS
		De 0,11 a 0,20 – Glosa de 1% sobre o valor da OS
		De 0,21 a 0,30 – Glosa de 2% sobre o valor da OS
		De 0,31 a 0,50 – Glosa de 3% sobre o valor da OS
		De 0,51 a 1,00 – Glosa de 4% sobre o valor da OS
		Acima de 1 – Será aplicada Glosa de 5% sobre o valor da OS e multa de 5% sobre o valor do Contrato
3	Não executar total ou parcialmente os serviços previstos no objeto da contratação.	Multa de até 3% sobre o valor total do Contrato.
4	Ter praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.	A Contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública.
5	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência.
		Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 0,1% do valor total do Contrato.

8.25. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que Contratado:

8.25.1. Não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

8.25.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

## Liquidação

- 8.26. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.26.1. o prazo de validade;
  - 8.26.2. a data da emissão;
  - 8.26.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
  - 8.26.4. o período respectivo de execução do contrato;
  - 8.26.5. o valor a pagar; e
  - 8.26.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.27. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 8.28. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.29. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018)
- 8.30. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 8.31. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.32. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 8.33. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## Prazo de pagamento

- 8.34. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

## Forma de pagamento

- 8.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 8.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

- 8.38. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.39. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### Antecipação de pagamento

- 8.40. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por lote.

### Regime de execução

- 9.2. O regime de execução do contrato será por Empreitada por preço unitário;

## Da Aplicação da Margem de Preferência

- 9.3. Não será aplicada margem de preferência na presente contratação.

### Exigências de habilitação

- 9.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
- 9.4.1. Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação aqui exigidas, respondendo pela veracidade das informações, na forma do art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;
  - 9.4.2. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para: atualizações de documentos e complementações de informação, na forma do art. 64, e seus incisos, da Lei nº 14.133/2021;
  - 9.4.3. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, e serão feitas consultas de eventual descumprimento das condições de participação especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos cadastros do TCU;
  - 9.4.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 14.230, de 2021, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**Habilitação jurídica**

- 9.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;



- 9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 9.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 9.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- 9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.14. A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.15. Prova de regularidade com a FAZENDA ESTADUAL, devidamente atualizada;
- 9.16. Prova de regularidade com a FAZENDA MUNICIPAL, devidamente atualizada;
- 9.17. Comprovação de regularidade com a FAZENDA FEDERAL, através da apresentação da CERTIDÃO DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, devidamente atualizada;
- 9.18. Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal, conforme alínea "a" do artigo 27 da Lei nº. 8.036/90, devidamente atualizado;
- 9.19. Declaração que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- 9.20. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.º 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### Qualificação Econômico-Financeira

- 9.22.1. Certidão Negativa de Falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica há menos de 90 (noventa) dias da data para a apresentação da documentação, exceto quando dela constar o prazo de validade;
- 9.22.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente,

na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

- 9.22.3. BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS dos dois últimos exercícios financeiros já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- 9.22.4. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade facultando-se a substituição pelo balanço de abertura;
- 9.22.5. Admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.
- 9.22.6. Caso o licitante seja cooperativo, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.
- 9.22.7. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas: a) Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo (um);

$$9.22.7.1. \quad LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$9.22.7.2. \quad SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$9.22.7.3. \quad LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- 9.22.8. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.;

#### Qualificação Técnica

- 9.23. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

- 9.23.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação

- 9.24. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

- 9.24.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

COMISSÃO DE CONFECÇÃO DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA PARA A

- 9.24.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 9.24.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 9.24.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 9.24.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- 9.24.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- 9.24.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## Qualificação Operacional

- 9.24.8. Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando que a licitante forneceu ou está fornecendo os itens desta licitação, com quantidades mínimas de 40% (quarenta por cento) dos itens desta licitação, conforme disposto na legislação vigente (art. 67, §2 da Lei nº 14.133/21) e as exigências a seguir:
- 9.24.8.1. Para fins de análise dos atestados, será observado se, se os atestados são compatíveis e pertinentes ao objeto, respeitando a particularidade de cada item.
- 9.24.8.2. O percentual que trata o item 9.24.8, está conforme o limite disposto na legislação vigente (art. 67, §2 da lei nº 14.133/21), não sendo necessária demais justificativas.
- 9.24.8.3. O atestado emitido por pessoa jurídica de direito privado deverá vir assinado pelo representante legal da empresa emitente, contendo seu nome, CPF ou RG e sua função.
- 9.24.8.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
- 9.24.8.5. Serão aceitos os somatórios de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;
- 9.24.8.6. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.
- 9.24.8.7. Será aceito o somatório dos atestados, para fins de comprovação dos limites exigidos neste item;

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. O custo estimado total mensal da contratação é de R\$ 632.100,00 (seiscentos e trinta e dois mil e cem reais), perfazendo o valor anual de R\$ 7.585.200,00 (sete milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil e duzentos reais), conforme custos unitários apostos na tabela do ponto 1.1;
- 10.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
  - 10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata

tal como pactuada, nos termos do disposto na [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

- 10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- 10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

### 10.3. Do Reajuste

- 10.3.1. O contrato poderá ser reajustado no prazo de 12 meses a partir da data do orçamento estimado para a contratação, nos termos do art. 72, §1º da Resolução Legislativa nº 001/2024;
- 10.3.2. O índice de reajuste a ser adotado deverá ser o do Índice de Custo da Tecnologia da Informação - ICTI ou por outro indicador que venha substituí-lo;
- 10.3.3. O primeiro reajuste levará em conta para fins de cálculo a variação do índice pactuado entre a data de apresentação da proposta e do primeiro aniversário do contrato, sendo que os reajustes subsequentes ocorrerão sempre nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período.
- 10.3.4. O reajuste será realizado por apostilamento.
- 10.3.5. Tendo em vista as informações apresentadas quanto ao objeto deste certame e por não ter inferência direta com "importação ou taxa cambial", no presente caso, não cabe a aplicação o inciso XV, art. 92, da Lei nº 14.133/2024.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Fonte de Recursos: **1.500**;
- II) Programa de Trabalho: **01.101.01.031.001.2011**;
- III) Natureza da Despesa: **3.3.90.40**;
- IV) Subelemento: **14**;

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### Cronograma Físico Financeiro

Evento	Prazo estimado	Valor
Previsão para o Plano de Implantação com 252 impressoras (153 monocromáticas A4; 96 policromáticas A4; 3 policromáticas A3)	45 dias após a emissão da OS	R\$ 361.500,00

## 12. DAS ASSINATURAS E APROVAÇÃO

<i>(assinado eletronicamente)</i> <b>Integrante Requisitante</b> <b>Diego Rafael Souza</b> Matrícula: 35.329	<i>(assinado eletronicamente)</i> <b>Integrante Técnico</b> <b>Israel Mattos Chagas</b> Diretor Executivo Matrícula: 28.134	<i>(assinado eletronicamente)</i> <b>Integrante Administrativo</b> <b>André Gurjão Cardoso</b> Analista de Sistema Matrícula: 29.185
---	---	--

<b>Autoridade Máxima da Área de TIC</b>
<i>(assinado eletronicamente)</i> <b>Simonne Nunes dos Santos</b> Superintendência de Pesquisa, Inovação, Desenvolvimento e Infraestrutura tecnológica / SPI Matrícula: 33.335

Boa Vista - RR, 05 de maio de 2026.

Aprovo,

<b>Autoridade Competente</b>
<i>(assinado eletronicamente)</i> <b>Orlando Vagno de Jesus Santos</b> Superintendente Geral Matrícula: 27.012



## ANEXO I

### 1. DESCRIÇÃO MÍNIMA DOS ITENS

#### 1.1. TIPO 1 – IMPRESSORA MONOCROMÁTICA A4

- 1.1.1. Impressão deve ser monocromática por tecnologia Laser, LED ou Jato de Tinta;
- 1.1.2. O equipamento deve ser qualificado como corporativo, sendo vedado o uso de equipamento de uso doméstico;
- 1.1.3. Velocidade em uma face: 30 ppm em formato A4 (210x297mm/8,5x11pol.);
- 1.1.4. Tensão: 110-127V;
- 1.1.5. Conectividade: Ethernet 10/100/1000 Base-T, USB 2.0;
- 1.1.6. Resolução da Impressão: 600x600 dpi;
- 1.1.7. Scanner de documentos: Alimentador automático de originais em frente e verso de passagem única para 50 folhas;
- 1.1.8. Velocidade de cópia: 30 cpm (cópias por minuto) A4 (210 x 297 mm);
- 1.1.9. Resolução da digitalização: Óptica – 600x600 dpi;
- 1.1.10. Formatos de saída de arquivo da digitalização:
  - 1.1.10.1. JPG;
  - 1.1.10.2. JPEG;
  - 1.1.10.3. TIFF (página única e várias páginas);
  - 1.1.10.4. PDF (página única e várias páginas);
  - 1.1.10.5. PDF pesquisável via Reconhecimento óptico de caracteres (OCR) de forma embarcada ou por software;
- 1.1.11. Drivers de Impressão:
  - 1.1.11.1. Windows 10, 11;
  - 1.1.11.2. Windows Server 2016;
  - 1.1.11.3. Mac OS® versão 10.12, 10.13, 10.14, 10.15, 11, 12;
- 1.1.12. Tamanho da digitalização (ADF), mínimo 216 x 355 mm;
- 1.1.13. Gramatura da bandeja: 75 g/m<sup>2</sup> a 180 g/m<sup>2</sup>;
- 1.1.14. Digitalização deverá permitir:
  - 1.1.14.1. Enviar para um servidor SMB;
  - 1.1.14.2. Enviar para um servidor FTP;
  - 1.1.14.3. Enviar para um pen drive;
  - 1.1.14.4. Enviar via e-mail;
  - 1.1.14.5. Enviar para uma pasta pública.
- 1.1.15. Deve possuir interface de gerenciamento acessível por navegador web (browser), por meio de endereço IP;
- 1.1.16. Caso necessite de ampliação de gaveta de impressão, a solução deverá disponibilizar a quantidade necessária para atender a demanda sem ônus a Contratante (gavetas A4).

#### 1.2. TIPO 2 – IMPRESSORA POLICROMÁTICA A4

- 1.2.1. Impressão deve ser policromática por tecnologia Laser, LED ou Jato de Tinta;
- 1.2.2. O equipamento deve ser qualificado como corporativo, sendo vedado o uso de equipamento de uso doméstico;
- 1.2.3. Velocidade em uma face: 35 ppm em formato A4 (210x297mm/8,5x11pol.);
- 1.2.4. Tensão: 110-127V;
- 1.2.5. Conectividade: Ethernet 10/100/1000 Base-T, USB 2.0;
- 1.2.6. Resolução da Impressão: 1200x1200 dpi;
- 1.2.7. Formatos de saída de arquivo da digitalização:
  - 1.2.7.1. JPG;
  - 1.2.7.2. JPEG;
  - 1.2.7.3. TIFF (página única e várias páginas);
  - 1.2.7.4. PDF (página única e várias páginas);

COMISSÃO DE CONFECCÃO DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA PARA A CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÕES DE

Assinado eletronicamente por **ISRAEL MATTOS CHAGAS**, Integrante Técnico, em 05/05/2026 16:28:43  
Assinado eletronicamente por **DIEGO RAFAEL SOUSA**, Integrante Requisitante, em 05/05/2026 16:29:40  
Assinado eletronicamente por **ORLANDO VAGNO DE JESUS SANTOS**, Superintendente Geral, em 06/05/2026 17:29:11  
Assinado eletronicamente por **SIMONNE NUNES DOS SANTOS**, Superintendente de Pesquisa, Inovação, Desenvolvimento e In, em 05/05/2026 16:41:22

Assinado eletronicamente por **ANDRÉ DOS SANTOS MORAES**, Superintendente de Compras e Serviços, em 09/06/2026 11:57:12  
Para conferir a autenticidade do documento acesse o endereço <http://grp.al.r.r.leg.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela 5424.BLDQ.VB.0000172

- 1.2.7.5. PDF pesquisável via Reconhecimento óptico de caracteres (OCR) de forma embarcada ou por software;
- 1.2.8. Drivers de Impressão:
  - 1.2.8.1. Windows 10, 11;
  - 1.2.8.2. Windows Server 2016;
  - 1.2.8.3. Mac OS® versão 10.12, 10.13, 10.14, 10.15, 11, 12;
- 1.2.9. Gramatura da bandeja: 75 g/m<sup>2</sup> a 180 g/m<sup>2</sup>;
- 1.2.10. Digitalização deverá permitir:
  - 1.2.10.1. Enviar para um servidor SMB;
  - 1.2.10.2. Enviar para um servidor FTP;
  - 1.2.10.3. Enviar para um pen drive;
  - 1.2.10.4. Enviar via e-mail;
  - 1.2.10.5. Enviar para uma pasta pública.
- 1.2.11. Deve possuir interface de gerenciamento acessível por navegador web (browser), por meio de endereço IP;
- 1.2.12. Caso necessite de ampliação de gaveta de impressão, a solução deverá disponibilizar a quantidade necessária para atender a demanda sem ônus a Contratante (gavetas A4).

### 1.3. TIPO 3 – IMPRESSORA POLICROMÁTICA A3

- 1.3.1. Impressão deve ser policromática por tecnologia Laser, LED ou Jato de Tinta;
- 1.3.2. O equipamento deve ser qualificado como corporativo, sendo vedado o uso de equipamento de uso doméstico;
- 1.3.3. Velocidade em uma face: 30 ppm no formato A4 (210 x 297 mm / 8,5 x 11 pol.);
- 1.3.4. Tensão: 110-127V;
- 1.3.5. Conectividade: Ethernet 10/100/1000 Base-T, USB 2.0;
- 1.3.6. Resolução da Impressão: 1200x1200 dpi;
- 1.3.7. Formatos de saída de arquivo da digitalização:
  - 1.3.7.1. JPG;
  - 1.3.7.2. JPEG;
  - 1.3.7.3. TIFF (página única e várias páginas);
  - 1.3.7.4. PDF (página única e várias páginas);
  - 1.3.7.5. PDF pesquisável via Reconhecimento óptico de caracteres (OCR) de forma embarcada ou por software;
- 1.3.8. Drivers de Impressão:
  - 1.3.8.1. Windows 10, 11;
  - 1.3.8.2. Windows Server 2016;
  - 1.3.8.3. Mac OS® versão 10.12, 10.13, 10.14, 10.15, 11, 12;
- 1.3.9. Gramatura da bandeja: 75 g/m<sup>2</sup> a 180 g/m<sup>2</sup>;
- 1.3.10. Digitalização deverá permitir:
  - 1.3.10.1. Enviar para um servidor SMB;
  - 1.3.10.2. Enviar para um servidor FTP;
  - 1.3.10.3. Enviar para um pen drive;
  - 1.3.10.4. Enviar via e-mail;
  - 1.3.10.5. Enviar para uma pasta pública.
- 1.3.11. Deve possuir interface de gerenciamento acessível por navegador web (browser), por meio de endereço IP;
- 1.3.12. Caso necessite de ampliação de gaveta de impressão, a solução deverá disponibilizar a quantidade necessária para atender a demanda sem ônus a Contratante (gavetas A3 ou A4).

### 1.4. REQUISITOS DE SOFTWARE DE BILHETAGEM

- 1.4.1. Deverá detalhar todos os suprimentos que foram trocados com os:
  - 1.4.1.1. Modelo e nome do equipamento;
  - 1.4.1.2. Serial;
  - 1.4.1.3. Cor;

#### COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA PARA A CONTRATAÇÃO DE

Assinado eletronicamente por **ISRAEL MATTOS CHAGAS**, Integrante Técnico, em 05/05/2026 16:28:43

Assinado eletronicamente por **DIEGO RAFAEL SOUSA**, Integrante Requisitante, em 05/05/2026 16:29:34

Assinado eletronicamente por **ORLANDO VAGNO DE JESUS SANTOS**, Superintendente Geral, em 06/05/2026 17:29:11

Assinado eletronicamente por **SIMONNE NUNES DOS SANTOS**, Superintendente de Pesquisa, Inovação, Desenvolvimento e In, em 05/05/2026 16:41:22

Assinado eletronicamente por **ANDRÉ DOS SANTOS MORAES**, Superintendente de Compras e Serviços, em 09/06/2026 11:57:12

Para conferir a autenticidade do documento acesse o endereço <http://grp.al.r.r.leg.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela 5424.BLDQ.VB.000172

- 1.4.1.4. Capacidade;
- 1.4.1.5. Data da entrada e data da troca;
- 1.4.1.6. Dias de uso;
- 1.4.1.7. Quantidade de páginas impressas.
- 1.4.2. Permitir os usuários que tenham acesso ao sistema solicitar suprimentos de reposição;
- 1.4.3. Informar os contadores de cada equipamento separando os contadores monocromáticos e policromáticos nos casos de equipamentos coloridos;
- 1.4.4. O sistema deverá registrar e listar o histórico de alertas da impressora;
- 1.4.5. O sistema deverá possuir relatórios que informem o possível número de dias restantes do suprimento de cada equipamento;
- 1.4.6. O sistema deve obrigatoriamente suportar a administração por navegador de internet;
- 1.4.7. Deverá enviar automaticamente relatórios aos gestores;
- 1.4.8. Deverá permitir a customização de relatórios;
- 1.4.9. O sistema deverá permitir customização de regras nos atributos de impressão como:
  - 1.4.9.1. Color;
  - 1.4.9.2. Simplex;
  - 1.4.9.3. Palavras específicas no título de trabalho;
  - 1.4.9.4. Quantidade de páginas mínimas e máximas para impressão ou cópia;
- 1.4.10. Deverá permitir a definição do comportamento da regra entre:
  - 1.4.10.1. Notificar e não bloquear o usuário;
  - 1.4.10.2. Notificar e bloquear o usuário;
  - 1.4.10.3. Sugerir conversão do tipo de impressão ou cópia;
  - 1.4.10.4. Converter automaticamente e notificar;
  - 1.4.10.5. Converter automaticamente e não notificar.
- 1.4.11. Deverá suportar que as regras criadas possam ser ativadas ou desativadas, e que as regras possam ser aplicadas por:
  - 1.4.11.1. Usuários;
  - 1.4.11.2. Grupo de Usuários;
  - 1.4.11.3. Impressora;
  - 1.4.11.4. Usuário na impressora.
- 1.4.12. Deverá suportar que as regras que permitam:
  - 1.4.12.1. Bloquear o uso da copiadora;
  - 1.4.12.2. Converter trabalhos de impressão Simples para Duplex;
  - 1.4.12.3. Converter trabalhos de impressão Color para Mono;
  - 1.4.12.4. Conversão para duplex e/ou para mono, e poderá se dar de forma automática ou sugerindo ao usuário a conversão ou não converter.

COMISSÃO DE CONFEÇÃO DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA PARA A CONTRATAÇÃO DE

SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TIC

Assinado eletronicamente por **ISRAEL MATTOS CHAGAS**, Integrante Técnico, em 05/05/2026 16:28:43  
Assinado eletronicamente por **DIEGO RAFAEL SOUSA**, Integrante Requisitante, em 05/05/2026 16:29:39  
Assinado eletronicamente por **ORLANDO VAGNO DE JESUS SANTOS**, Superintendente Geral, em 06/05/2026 17:29:11  
Assinado eletronicamente por **SIMONNE NUNES DOS SANTOS**, Superintendente de Pesquisa, Inovação, Desenvolvimento e In, em 05/05/2026 16:41:22

Assinado eletronicamente por **ANDRÉ DRS SANTOS MORAES**, Superintendente de Compras e Serviços, em 09/06/2026 11:57:12  
Para conferir a autenticidade do documento acesse o endereço <http://grp.al.rr.leg.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela 5424.BLDQ.VIE000172



## INTRODUÇÃO

Por intermédio da Ordem de Serviço (OS) ou Ordem de Fornecimento de Bens (OFB) será solicitado formalmente à Contratada a prestação de serviço ou o fornecimento de bens relativos ao objeto do contrato.

O encaminhamento das demandas deverá ser planejado visando a garantir que os prazos para entrega final de todos os bens e serviços estejam compreendidos dentro do prazo de vigência contratual.

**Referência:** Art. 32 IN SGD Nº 94/2022.

## 1 – IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº	XX/AAAA		
CONTRATADA	<Nome da Contratada>	CNPJ	<CNPJ da contratada>
Nº DA OS/OFB/DOC	<numero do documento>		
REFERÊNCIA	<MÊS/ANO>		
DATA DA EMISSÃO	20/03/2025		

## 2 – ESPECIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS E VOLUMES DE EXECUÇÃO

ITEM DO CONTRATO	DESCRIÇÃO DO BEM OU SERVIÇO	MÉTRICA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
<N do item>	<Descrição do item no CONTRATO>	<Unidade de Medida>	<Quantidade a ser paga>	<Valor do Item do Contrato>	<Valor total do item do contrato a ser pago>
Valor total estimado da OS/OFB					<Somatoria de todos os valores do itens dessa OS/OFB>

### 3 - INSTRUÇÕES/ESPECIFICAÇÕES COMPLEMENTARES

<Incluir instruções complementares à execução da OS/OFB>

<Ex.: Contatar a área solicitante para agendamento do horário de entrega>

<Ex.: Conforme consta no Termo de Referência, o recebimento provisório está condicionado à entrega do código no ambiente de homologação, e a documentação do software no repositório oficial de gestão de projetos>

#### 4 - DATAS E PRAZOS PREVISTO

Assinado eletronicamente por **ISRAEL MATTOS CHAGAS**, Integrante Técnico, em 05/05/2026 16:28:43

Assinado eletronicamente por **DIEGO RAFAEL SOUSA, Integrante Requisitante**, em 05/05/2026 16:29:48

Assinado eletronicamente por **ORLANDO VAGNO DE JESUS SANTOS**, Superintendente Geral, em 06/05/2026 17:29:11

Assinado eletronicamente por **SIMONNE NUNES DOS SANTOS**, Superintendente de Pesquisa, Inovação, Desenvolvimento e In., em 05/05/2026 16:41:22

Assinado eletronicamente por **JOSEANE DOS SANTOS MORAES**, Superintendente de Compras e Serviços em 09/06/2026 11:57:12

Para conferir a autenticidade do documento acesse o endereço <http://grp.al.rr.leg.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela 5A2W.94DQ.ME00CB.V2

## Comissão de TIC

DATA DE INÍCIO:		DATA DO FIM:	
<AA/BB/CCCC>		<AA/BB/CCCC>	
<b>CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO/ENTREGA</b>			
ITEM	TAREFA/ENTREGA	INICIO	FIM
<Nº do item do contrato>	<Referencia do item do contrato>	<AA/BB/CCCC>	<AA/BB/CCCC>

## 5 - ASSINATURA E ENCAMINHAMENTO DA DEMANDA

Autoriza-se a <execução dos serviços / entrega dos bens> correspondentes à presente <OS/OFB>, no período e nos quantitativos acima identificados.

<p>(assinado eletronicamente)</p> <p>&lt;FISCAL REQUISITANTE&gt;</p> <p>Matr: XX.YYY</p>	<p>(assinado eletronicamente)</p> <p>&lt;NOME DO GESTOR DO CONTRATO&gt;</p> <p>Matr: XX.YYY</p>
--	---





# ANEXO III

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA

“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”

Comissão de TIC



### INTRODUÇÃO

O Termo de Recebimento Provisório declarará formalmente à Contratada que os serviços foram prestados ou que os bens foram recebidos para posterior análise das conformidades e qualidade, baseadas nos requisitos e nos critérios de aceitação definidos no Critérios de Medição e Pagamento no item <nº do item no Termo de Referência> do Termo de Referência [DXXXXX].

Referência: Art. 60, Seção II, da Resolução Legislativa Nº 1/2024 da ALE-RR.

### 1 – IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº	<n do contrato>		
CONTRATADA	<nome da contratada>	CNPJ	<CNPJ da contratada>
Nº DA OS/OFB/DOC	<n do documento>		
REFERÊNCIA	<MÊS/ANO>		
DATA DA EMISSÃO	20/03/2025		

### 2 – ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS/BENS E VOLUMES DE EXECUÇÃO

ITEM DO CONTRATO	DESCRIÇÃO DO BEM OU SERVIÇO	MÉTRICA	QUANTIDADE
<N do item>	<Descrição do item no CONTRATO>	<Unidade de Medida>	<Quantidade a ser paga>

### 3 – RECEBIMENTO

Por este instrumento, atestamos, para fins de cumprimento do disposto no art. 61, inciso I, da seção II, da Resolução Legislativa Nº 1/2024 da ALE-RR, que os <SERVIÇOS/BENS> correspondentes à <OS/OFB> acima identificada, conforme definido no Modelo de Execução do contrato supracitado, foram recebidos provisoriamente na presente data e serão objetos de avaliação por parte da CONTRATANTE quanto à adequação da entrega às condições contratuais, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do contrato.

Ressaltamos que o recebimento definitivo destes serviços ocorrerá após a verificação dos requisitos e demais condições contratuais, desde que não se observem inconformidades ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência e do Contrato acima identificado que ensejem correções por parte da CONTRATADA.

### 4 - ASSINATURAS

#### FISCAL

(assinado eletronicamente)

<NOME DO FISCAL DO CONTRATO>

Assinado eletronicamente por ISRAEL MATTOS CHAGAS, Integrante Técnico, em 05/05/2026 16:28:43  
Assinado eletronicamente por DIEGO RAFAEL SOUSA, Integrante Requisitante, em 05/05/2026 16:29:48  
Assinado eletronicamente por ORLANDO VAGNO DE JESUS SANTOS, Superintendente Geral, em 06/05/2026 17:29:11  
Assinado eletronicamente por SIMONNE NUNES DOS SANTOS, Superintendente de Pesquisa, Inovação, Desenvolvimento e In, em 05/05/2026 16:41:22

Assinado eletronicamente por ANDRÉ DOS SANTOS MORAES, Superintendente de Compras e Serviços, em 09/06/2026 11:57:12  
Para conferir a autenticidade do documento acesse o endereço <http://grp.al.rr.leg.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela 52PM.BLDQ.VEDCBLZZ

**Resolução:** <numero da resolução que foi publicado>

**Matrícula:** <matricula do fiscal do contrato>

**PREPOSTO**

(assinado eletronicamente)

<NOME DO PREPOSTO DA CONTRATADA>

**CPF:** <CPF do preposto da contratada>



# ANEXO IV

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA

“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”



### Comissão de TIC

#### INTRODUÇÃO

O Termo de Recebimento Definitivo declarará formalmente à Contratada que os serviços prestados ou que os bens fornecidos foram devidamente avaliados e atendem aos requisitos estabelecidos e aos critérios de aceitação.

Referência: Art. 60, Seção II, da Resolução Legislativa Nº 1/2024 da ALE-RR.

#### 1 – IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº	XX/AAAA		
CONTRATADA	<Nome da Contratada>	CNPJ	<CNPJ da contratada>
Nº DA OS/OFB/DOC	<numero do documento>		
REFERÊNCIA	<MÊS/ANO>		
DATA DA EMISSÃO	20/03/2025		

#### 2 – ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS/BENS E VOLUMES DE EXECUÇÃO

ITEM DO CONTRATO	DESCRIÇÃO DO BEM OU SERVIÇO	MÉTRICA	QUANTIDADE
<N do item>	<Descrição do item no CONTRATO>	<Unidade de Medida>	<Quantidade a ser paga>

#### 3 – RECEBIMENTO

Por este instrumento atestamos, para fins de cumprimento do disposto inciso II, art. 61º, seção II, alínea “a”, “b” e “c”, da Resolução Legislativa Nº 1/2024 da ALE-RR, que os <serviços / bens> correspondentes à <OS/OFB> acima identificada foram <prestados/entregues> pela CONTRATADA e atendem às condições contratuais, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do Termo de Referência do Contrato acima indicado.

#### 4 – DESCONTOS EFETUADOS E VALOR A LIQUIDAR

De acordo com os critérios de aceitação e demais termos contratuais, <não> há incidência de descontos por desatendimento dos indicadores de níveis de serviços definidos.

<Não foram / Foram> identificadas inconformidades técnicas ou de negócio que ensejem indicação de glosas e sanções.

Por conseguinte, o valor a liquidar correspondente à <OS/OFB> acima identificada monta em R\$ <valor> (<valor por extenso>).

Referência: <Relatório de Fiscalização nº xxxx ou Nota Técnica nº yyyy>.

#### 5 – AUTORIZAÇÃO PARA FATURAMENTO

GESTOR DO CONTRATO

## Comissão de TIC

Nos termos inciso II, art. 61º, seção II, alínea “c”, da Resolução Legislativa Nº 1/2024 da ALE-RR, AUTORIZA-SE a CONTRATADA a FATURAR OS SERVIÇOS relativos à supracitada DOC-92170, no valor discriminado no item 4, acima.

(assinado eletronicamente)

<NOME DO GESTOR DO CONTRATO>

**Matrícula:** XX.YYY

6 – CIÊNCIA

**PREPOSTO**

(assinado eletronicamente)

<NOME DO PREPOSTO DA CONTRATADA>

**CPF:** <CPF do preposto da contratada>

## ANEXO V

1. Segue abaixo a tabela do Plano de implantação para o processo 2025-22.

ETAPA	PERÍODO ESTIMADO	LOCAL
<b>1. Sede</b>	D a D+10 dias	Térreo
		1º Piso - Administrativo
		Plenário
		Gabinetes
<b>2. Prédios Administrativos</b>	D+11 a D+20 dias	SUPLOG - Depósito
		Unidade Administrativa ALE/RR (Forum)
		SUPADM/São Pedro
		Unidade Administrativa - BRADESCO
<b>3. Programas Especiais</b>	D+21 a D+30 dias	CHAME/ Ouvidoria
		ESCOLEGIS/Liberdade
		ESCOLEGIS/Pintolândia
		CCJUV/Pedra
		Pintada CCJUV/Sem. Hélio Campos
		SUPPROES/Buritis
		CAM
		TEAMARR
<b>4. Prédios Interior</b>	D+31 a D45 (a cada 5 dias por grupo de unidades)	ESCOLEGIS/Mucajaí
		ESCOLEGIS/Rorainópolis
		CHAME/Rorainópolis
		CCJUV/Caroebe
		CCJUV/São João do Baliza
		ALERR/ Alto Alegre

COMISSÃO DE CONFECCÃO DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA PARA A CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÕES DE

Assinado eletronicamente por **ISRAEL MATTOS CHAGAS**, Integrante Técnico, em 05/05/2026 16:28:43  
 Assinado eletronicamente por **DIEGO RAFAEL SOUSA**, Integrante Requisitante, em 05/05/2026 16:29:39  
 Assinado eletronicamente por **ORLANDO VAGNO DE JESUS SANTOS**, Superintendente Geral, em 06/05/2026 17:29:11  
 Assinado eletronicamente por **SIMONNE NUNES DOS SANTOS**, Superintendente de Pesquisa, Inovação, Desenvolvimento e In, em 05/05/2026 16:41:22

Assinado eletronicamente por **ANDRÉ DRS SANTOS MORAES**, Superintendente de Compras e Serviços, em 09/06/2026 11:57:12  
 Para conferir a autenticidade do documento acesse o endereço <http://grp.al.rr.leg.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela 5424.840.1E.000172





## HISTÓRICO DE REVISÕES

Data	Versão	Descrição	Autor
04/12/2025	1.0	Primeira revisão	Israel Mattos

## ANEXO VI

### TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

#### INTRODUÇÃO

O Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo registra o comprometimento formal da Contratada em cumprir as condições estabelecidas no documento relativas ao acesso e utilização de informações sigilosas da Contratante em decorrência de relação contratual, vigente ou não.

**Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “a” da IN SGD/ME Nº 94/2022.**

Pelo presente instrumento o ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, sediado na Praça do Centro Cívico, 202 Centro, CNPJ nº 34.808.220/0001-68, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a **<NOME DA EMPRESA>**, sediada em **<ENDEREÇO>**, CNPJ nº **<Nº do CNPJ>**, doravante denominada **CONTRATADA**;

CONSIDERANDO que, em razão do **CONTRATO N.º <nº do contrato>** doravante denominado **CONTRATO PRINCIPAL**, a **CONTRATADA** poderá ter acesso a informações sigilosas do **CONTRATANTE**;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Privacidade da **CONTRATANTE**;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**, doravante **TERMO**, vinculado ao **CONTRATO PRINCIPAL**, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

#### 1 – OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pela CONTRATANTE e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os Decretos 7.724, de 16 de

maio de 2012, e 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

## 2 – CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

**INFORMAÇÃO:** dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

**INFORMAÇÃO SIGILOSA:** aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.

**CONTRATO PRINCIPAL:** contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

### 3 – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

#### 4 – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente

TERMO:

III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção



cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

## 6 – VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretroatável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

## 7 – PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme previsto nos arts. 155 a 163 da Lei nº. 14.133, de 2021.

## 8 – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes



buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

## 9 – FORO

A CONTRATANTE elege o foro da cidade de Boa Vista - RR, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Assinado eletronicamente por **ISRAEL MATTOS CHAGAS**, Integrante Técnico, em 05/05/2026 16:28:43

Assinado eletronicamente por **SUPERINTENDENTE DE PESQUISA, INOVAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E IN**, em 05/05/2026 16:28:43

Assinado eletronicamente por **ORLANDO VAGNO DE JESUS SANTOS**, Superintendente Geral, em 05/05/2026 17:29:11

Assinado eletronicamente por **SIMONNE NUNES DOS SANTOS**, Superintendente de Pesquisa, Inovação, Desenvolvimento e In, em 05/05/2026 16:41:22

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: [www.al.ror.br](http://www.al.ror.br)

Assinado eletronicamente por **ANDRÉ DOS SANTOS MORAES**, Superintendente de Compras e Serviços, em 09/06/2026 11:57:12

Para conferir a autenticidade do documento acesse o endereço <http://grp.al.ror.br/grp/aceessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela **5224.8100.110000122**

## 10 – ASSINATURAS

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

CONTRATADA	CONTRATANTE
<hr/> <p>&lt;Nome&gt; &lt;Qualificação&gt;</p>	<hr/> <p>&lt;Nome&gt; Matrícula: xxxxxxxx</p>
TESTEMUNHAS	
<hr/> <p>&lt;Nome&gt; &lt;Qualificação&gt;</p>	<hr/> <p>&lt;Nome&gt; &lt;Qualificação&gt;</p>

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

1.



## HISTÓRICO DE REVISÕES

Data	Versão	Descrição	Autor
04/12/2025	1.0	Primeira revisão	Israel Mattos

## ANEXO VII

## TERMO DE CIÊNCIA

## INTRODUÇÃO

O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal dos empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no órgão/entidade.

No caso de substituição ou inclusão de empregados da contratada, o preposto deverá entregar ao Fiscal Administrativo do Contrato os Termos de Ciência assinados pelos novos empregados envolvidos na execução dos serviços contratados.

**Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “b” da IN SGD/ME Nº 94/2022.**

## 1 – IDENTIFICAÇÃO

<b>CONTRATO Nº</b>	xxxx/aaaa		
<b>OBJETO</b>	<objeto do contrato>		
<b>CONTRATADA</b>	<nome da contratada>	<b>CNPJ</b>	xxxxxxxxxxxxxx
<b>PREPOSTO</b>	<Nome do Preposto da Contratada>		
<b>GESTOR DO CONTRATO</b>	<Nome do Gestor do Contrato>	<b>MATR.</b>	xxxxxxxxxxxxxx

## 2 – CIÊNCIA

Por este instrumento, os funcionários abaixo identificados declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes da Contratante.

Funcionários da Contratada		
Nome	Matrícula	Assinatura
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<xxxxxxxxxx>	

Assinado eletronicamente por **ISRAEL MATTOS CHAGAS**, Integrante Técnico, em 05/05/2026 16:28:43

Assinado eletronicamente por **DIEGO NAFI DE SOUSA**, Integrante Requisitante, em 05/06/2026 16:29:48

Assinado eletronicamente por **ORLANDO VAGNO DE JESUS SANTOS**, Superintendente Geral, em 06/05/2026 17:29:11

Assinado eletronicamente por **ORLANDO VAGNO DA SILVA** Diretor do Centro de Inovação em 05/05/2026 17:29:11  
Assinado eletronicamente por **SIMONNE NUNES DOS SANTOS** Superintendente de Pesquisa, Inovação, Desenvolvimento e In, em 05/05/2026 16:41:22

Assinado eletronicamente por **ANDRÉ DOS SANTOS MORAES**, Superintendente de Compras e Serviços em 09/06/2026 11:57:12

Assinado eletronicamente por **ANDRÉ GURJÃO CARDOSO**, integrante Administrativo, em 06/07/2020 às 09:01:09. Para conferir a autenticidade do documento acesse o endereço <http://qr.al.r.r.leg.br/qr/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela **532M.8LDQ.VRQ00R.VZ**



Assembleia Legislativa do Estado de Roraima  
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”



<Nome do(a) Funcionário(a)>	<xxxxxxxxxx>	
...	...	...

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.



## ANEXO II

## MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: XX/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 03/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº: 22/2025

CONTRATO CELEBRADO ENTRE  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DE RORAIMA E  
XXXXXXXXXX.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 34.808.220/0001-68, com sede situada à Praça do Centro Cívico, nº 202, Bairro Centro, Cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, neste ato representada pelo Sr. xxxxxxxxxxxxxxxx, Superintendente Geral, nomeado pela Resolução nº 0xx/xxxx – MD, de xx de xxxxxx de 20xx, publicada no DIALRR nº xxx de xx de xxx de 202x, no uso das atribuições que lhe confere a Resolução nº xxx/20xx-MD, publicada no Diário da Assembleia Legislativa nº xxx, de xxx de xxxxxx de 20xxx, residente e domiciliado em Boa Vista/RR, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob nº xxxxxxxxxxxxxxxx, com sede situada à xxxxxx, Bairro xxxxxx, Cidade de xxxxxx, Estado de xxxxxx, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) xxxxxxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado(a) em xxxxxx, com fulcro no artigo [28, inciso I da Lei 14.133, de 1º de Abril de 2021](#), [Resolução Legislativa Nº 001/2024](#), [Resolução Legislativa Nº 004/2025](#) e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 03/2025**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (ART. 92, I E II)**

1.1. Contratação de empresa especializada em locação de equipamentos de impressão com os insumos e serviços (outsourcing de impressão) exceto papel.

1.2 Objeto da Contratação:

LOTE ÚNICO						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	MÉTRICA OU UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE DE PÁGINAS / 12 MESES	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

[sup.compras@al.rr.leg.br](mailto:sup.compras@al.rr.leg.br)

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil

ALE na Internet: [www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

1	Impressora Multifuncional Monocromática A4 (202 Unidades)	26573	Páginas	12.120.000	R\$ XX	R\$ XX
2	Impressora Multifuncional Policromática A4 (186 Unidades)	26611	Páginas	11.160.000	R\$ XX	R\$ XX
3	Impressora Multifuncional Policromática A3 (7 Unidades)	26638	Páginas	420.000	R\$ XX	R\$ XX

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3.5. Os documentos referidos no item anterior são considerados suficientes para, em complemento a este contrato, definirem a sua extensão e, dessa forma, regerem a execução adequada do contrato ora celebrado.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO (ART. 92, III)

2.1. O presente Contrato será regido pela [Lei Federal nº 14.133/2021](#), [Resolução Legislativa nº 001/2024](#), [Resolução Legislativa Nº 004/2025](#), assim como demais normas aplicáveis à espécie.

2.2. Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133/2021](#), e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078/1990](#) – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável para até 10 anos, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

## 4. CLÁUSULA QUARTA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, IV, VII E XVIII)

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento (provisório/definitivo) do objeto constam nos **Itens 4, 6, 7, do Termo de Referência**.

## 5. CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual conforme **Item 4.57 do Termo de Referência**.

## 6. CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO (ART. 92, V)

6.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....) mensais/anuais.

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR**

[sup.compras@al.rr.leg.br](mailto:sup.compras@al.rr.leg.br)

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil

ALE na Internet: [www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (ART. 92, V, VI)**

7.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições e critérios a ele referentes encontram-se definidos no **Item 8 do Termo de Referência**.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE (ART. 92, V)**

8.1. O contrato poderá ser reajustado no prazo de 12 meses a partir da data da celebração do contrato, nos termos do [art. 72, §1º da Resolução Legislativa nº 001/2024](#);

8.2. O índice de reajuste a ser adotado deverá ser o do Índice de Custo da Tecnologia da Informação - **ICTI** ou por outro indicador que venha substituí-lo;

8.3. O primeiro reajuste levará em conta para fins de cálculo a variação do índice pactuado entre a data de apresentação da proposta e do primeiro aniversário do contrato, sendo que os reajustes subsequentes ocorrerão sempre nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período.

8.4. O reajuste será realizado por apostilamento

## **9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)**

9.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

9.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

9.3. Receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

9.4. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

9.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

9.6. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

9.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

9.8. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

9.9. Solicitar a troca dos objetos que não atenderem às especificações dos objetos contratados e vetar o emprego de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar seus bens patrimoniais ou ser prejudicial à saúde dos servidores e ao meio ambiente;

9.10. Recusar o objeto entregue em desacordo com o contrato;

9.11. Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e, posterior, recebimento definitivo;

9.12. Promover reunião inicial entre a CONTRATADA e a ALE-RR para alinhamento das expectativas;

**Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR**

[sup.compras@al.rr.leg.br](mailto:sup.compras@al.rr.leg.br)

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil

ALE na Internet: [www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

- 9.13. Fornecer à(s) CONTRATADA(s) as informações necessárias para a plena execução do Contrato;
- 9.14. Informar à CONTRATADA, dentro do período de vigência, os novos locais em que se encontram os objetos, caso ocorra seu remanejamento para outras unidades da ALE-RR não informadas no Termo de Referência;
- 9.15. Exercer a fiscalização, coordenação e o acompanhamento da execução do Contrato, por meio de servidores especialmente designados para este fim, independentemente do acompanhamento e controle exercidos diretamente pela CONTRATADA.
- 9.16. Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar suas atividades dentro das normas estabelecidas e em sua proposta.
- 9.17. Notificar a empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos itens recebidos, para que sejam adotadas medidas corretivas necessárias.
- 9.18. Notificar a CONTRATADA quando for o caso, sobre a aplicação de eventuais sanções previstas em Contrato.
- 9.19. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei;
- 9.20. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 9.21. Emitir decisão fundamentada sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 9.22. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.
- 9.23. Com relação à obrigação delineada no subitem 9.21 deste contrato, a Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos pela [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 9.24. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVI E XVII)**

- 10.1. Indicar formalmente e por escrito, no prazo máximo de cinco (05) dias úteis após a assinatura do contrato, junto à contratante, um preposto idôneo com poderes de decisão para representar a contratada, principalmente no tocante à eficiência e agilidade da execução do objeto do Termo de Referência, e que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 10.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 10.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 10.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 10.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

**Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR**

[sup.compras@al.rr.leg.br](mailto:sup.compras@al.rr.leg.br)

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil

ALE na Internet: [www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

- 10.6. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 10.7. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 10.8. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 10.9. Executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD);
- 10.10. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato, sem prévia autorização da ALERR;
- 10.11. Não fazer uso das informações prestadas pela contratante para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão;
- 10.12. Executar os serviços e fornecer os equipamentos conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta comercial, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas no Termo de Referência e em sua proposta comercial;
- 10.13. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 10.14. Apresentar a ALERR, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço e fornecimento dos equipamentos;
- 10.15. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade a ALERR;
- 10.16. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 10.17. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar a ALERR toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 10.18. Relatar a ALERR toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços ou fornecimento dos equipamentos;
- 10.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 10.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;
- 10.21. Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização dos objetos da licitação;
- 10.22. Manter-se, durante toda a Execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;

**Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR**

[sup.compras@al.rr.leg.br](mailto:sup.compras@al.rr.leg.br)

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil

ALE na Internet: [www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)



- 10.23. Manter-se, durante toda a Execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;
- 10.24. Executar os objetos contratados conforme as condições estipuladas no Termo de Referência e seus Anexos, nas Proposta Comercial e no Contrato;
- 10.25. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do presente Contrato;
- 10.26. Participar, dentro do período compreendido entre a assinatura do Contrato e o início da prestação dos serviços, de reunião de alinhamento de expectativas contratuais com uma equipe da ALERR que fará a convocação dos representantes da empresa e fornecerá previamente a pauta da reunião;
- 10.27. Quando especificada, manter, durante a execução do Contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 10.28. Providenciar a imediata substituição de qualquer profissional que não atenda às necessidades inerentes à execução dos serviços contratados;
- 10.29. Atender às solicitações do Gestor do Contrato inerentes às obrigações contratuais e/ou à prestação e/ou à gestão dos serviços e do fornecimento dos equipamentos;
- 10.30. Comunicar formal e imediatamente ao Gestor do Contrato todas as ocorrências anormais ou de comprometimento à execução do Contrato, bem como qualquer ocorrência relevante à execução contratual;
- 10.31. Efetuar de imediato o afastamento do atendimento a ALERR de qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam inadequados à execução do Contrato;
- 10.32. Responsabilizar-se por quaisquer encargos, despesas, taxas, inclusive de seguro, decorrentes das operações necessárias à entrega do objeto contratado;
- 10.33. Observar todas as normas de segurança adotadas pelo ALERR, inclusive no que diz respeito às normas referentes ao ambiente informatizado;
- 10.34. Fornece a ALERR, sempre que requerido formalmente, acesso aos equipamentos e sistemas necessários ao atendimento do objeto do Contrato, para averiguação da conformidade dos serviços contratados;
- 10.35. Responsabilizar-se por todos os custos, diretos e indiretos, inclusive de transporte e de pessoal, necessários à adequada e regular entrega dos objetos contratados, em plena conformidade com os termos e especificações, inclusive prazos, horários e local de entrega, previstos no termo de referência e seus anexos;
- 10.36. Registrar, tempestivamente, mediante relatório circunstanciado, todos os casos que a exime de responsabilidade, negligência, mau uso, instalações e outros;
- 10.37. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da Solução de Tecnologia da Informação pela ALERR, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária e manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação durante a execução do Contrato, conforme especificação;
- 10.38. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas compras e serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato;

**Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR**

[sup.compras@al.rr.leg.br](mailto:sup.compras@al.rr.leg.br)

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil

ALE na Internet: [www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

10.39. Apresentar fatura no valor autorizado e condições do Contrato, apresentando-a a ALERR para ateste e pagamento após a autorização de faturamento pelo Gestor do Contrato;

10.40. Atender às determinações do Gestor do Contrato inerentes às obrigações contratuais e/ou à prestação e/ou gestão dos serviços;

10.41. Executar as especificações de garantia de funcionamento definidas no Termo de Referência;

10.42. Fornece para a ALERR documentação oficial que comprove a titularidade dos equipamentos fornecidos;

10.43. Registrar todas as solicitações feitas pela ALERR para acompanhamento e controle;

10.44. Da execução dos serviços e do fornecimento dos equipamentos:

10.44.1. Disponibilizar para download, durante o prazo de manutenção e suporte técnico, todas as atualizações corretivas, evolutivas, de segurança, de funcionalidades e releases referentes aos softwares cujos equipamentos foram adquiridos, sem quaisquer ônus adicionais para a ALERR num prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data da atualização ou releases;

10.44.2. Não disponibilizar qualquer informação de propriedade da ALERR, por qualquer meio, a qualquer terceiro e para qualquer finalidade, sem a anuência expressa do CONTRATANTE;

10.45. Declaração de que o licitante possui escritório local (Boa Vista – RR), a ser comprovado no prazo máximo da assinatura do contrato.

10.46. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

10.47. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

10.48. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XII E XIII)**

11.1. Será exigida a garantia de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, nos termos do art. 98 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.2. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato;

11.3. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR**

[sup.compras@al.rr.leg.br](mailto:sup.compras@al.rr.leg.br)

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil

ALE na Internet: [www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

- 12.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 12.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 12.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
- 12.1.2.4. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 12.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 12.1.5. Fraudar a licitação;
- 12.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 12.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 12.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 12.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da **Lei n.º 12.846, de 2013**.
- 12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades **civil e criminal**:
  - 12.2.1. **Advertência**;
  - 12.2.2. **Multa**;
  - 12.2.3. **Impedimento** de licitar e contratar e
  - 12.2.4. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 12.3.2. As peculiaridades do caso concreto
  - 12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes
  - 12.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública
  - 12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A multa será recolhida em percentual de **0,5%** incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da comunicação oficial.
  - 12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de **0,5%** do valor do contrato licitado.
  - 12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de **15%** do valor do contrato licitado.
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável

**Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR**

[sup.compras@al.rr.leg.br](mailto:sup.compras@al.rr.leg.br)

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil

ALE na Internet: [www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (**três**) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (**dois**) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (**quinze**) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (**quinze**) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (**vinte**) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (**quinze**) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (**vinte**) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII)**

13.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da ALE/RR, para o exercício de 202X, na classificação abaixo:

- 1 **Programa de Trabalho:** 01.101.01.031.001.2011;
- 2 **Fonte:** 1.500;
- 3 **Cód. De Acompanhamento:** 0000;
- 4 **Elemento de Despesa:** 3.3.90.40-14;
- 5 **Nota de Empenho nº XX/202X, de XX/XX/202X, de R\$ XX (XX)**

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021](#).

**Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR**

[sup.compras@al.rr.leg.br](mailto:sup.compras@al.rr.leg.br)

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil

ALE na Internet: [www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de **25%** (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à previa aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês ([art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021](#))

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133/2021](#).

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)**

15.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

15.1.1. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

15.1.2. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- b. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

15.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/2021](#), assegurados o contraditório e a ampla defesa e observado o disposto nos [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI Nº 13.709/2018**

16.1 É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, mantendo-se sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

16.2 A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

16.3 A Contratada fica obrigada a comunicar a ALE/RR, em até 2 (dois) dias do conhecimento, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

16.4 A CONTRATADA cooperará com a CONTRATANTE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições

**Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR**

[sup.compras@al.rr.leg.br](mailto:sup.compras@al.rr.leg.br)

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil

ALE na Internet: [www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)



e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, e Órgãos de controle administrativo em geral;

16.5 Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA MATRIZ/MAPA DE RISCO (ART. 92. IX)**

17.1. A Matriz de Gerenciamento de Riscos está especificada no **Anexo IV** do Edital.

#### **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE IMPORTAÇÃO E DATA E TAXA DE CÂMBIO PARA A CONVERSÃO (ART. 92 XV)**

18.1. A cláusula contratual não se aplica a esta contratação, conforme **Item 10.3.5.** do Termo de Referência.

#### **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO (ART. 87 Resolução Legislativa Nº 001/2024)**

19.1. Para a execução desta contratação, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos.

#### **20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO**

20.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista [no art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527/2011](#).

#### **21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO (ART. 92, §1º)**

21.1. Fica eleito o Foro de Boa Vista-RR com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas pertinentes ao cumprimento do objeto deste contrato;

E assim, por estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente Termo de Contrato em três vias de igual teor e forma.

Boa Vista-RR, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

**Assembleia Legislativa do Estado de Roraima**  
**Superintendente Geral**

---

Pela Empresa

**Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR**

[sup.compras@al.rr.leg.br](mailto:sup.compras@al.rr.leg.br)

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil

ALE na Internet: [www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

## ANEXO III

## MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

(ATENÇÃO! SUBSTITUIR ESTA LOGOMARCA PELO TIMBRE DA EMPRESA)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 03/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº: 22/2025

ABERTURA DIA: XX/XX/202X

HORÁRIO: XX:XXh min.

LOTE ÚNICO						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	MÉTRICA OU UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE DE PÁGINAS / 12 MESES	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Impressora Multifuncional Monocromática A4 (202 Unidades)	26573	Páginas	12.120.000	R\$ XX	R\$ XX
2	Impressora Multifuncional Policromática A4 (186 Unidades)	26611	Páginas	11.160.000	R\$ XX	R\$ XX
3	Impressora Multifuncional Policromática A3 (7 Unidades)	26638	Páginas	420.000	R\$ XX	R\$ XX

1.0. Observações:

1.1 Prazo de validade da proposta de \_\_\_\_ ( ) dias.

2.0. DECLARAÇÃO

2.1. Declaro expressamente estarem incluídos no preço todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto deste prego.

2.2. Os preços dos serviços são de nossa exclusiva responsabilidade e não nos assistirá o direito de pleitear nenhuma alteração, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto, na vigência do contrato caso seja firmado;

2.3. Esta Proposta de Preços está em conformidade com o Termo de Referência e demais documentos.

DADOS DA EMPRESA

CNPJ: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Razão Social: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Endereço:

E-mail: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Telefone(s): (xx) xxxxxxxx

DADOS BANCÁRIOS:

Banco: xxxxxxxxx Agência: xxxxxxxxx C/C: xxxxxxxxxxxxxxxx

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

[sup.compras@al.rr.leg.br](mailto:sup.compras@al.rr.leg.br)

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil

ALE na Internet: [www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

**REPRESENTANTE LEGAL:****Nome do representante da empresa:****Endereço:**xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**Cargo/Função:**xxxxxxxxxxxxxxxxxx

Cidade/UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 202X.

---

Assinatura do representante legal da empresa**Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR**[sup.compras@al.rr.leg.br](mailto:sup.compras@al.rr.leg.br)

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil

ALE na Internet: [www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

ANEXO IV  
Matriz de Gerenciamento de Riscos

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
5/2024	MARIO COUQUITI KITAMURA JUNIOR	11/12/2024 09:54
Objeto da Matriz de Riscos		
Contratação de empresa especializada em locação de equipamentos de impressão com os insumos e serviços (outsourcing de impressão) exceto papel.		

2. Histórico de Revisões

Data e Hora	Versão	Descrição	Autor
11/04/2025 12:24	1.0	Ajuste pelo parecer juridico 106/2025	MARIO COUQUITI KITAMURA JUNIOR

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Atraso no processo administrativo de contratação.	Não conclusão do projeto antes do fim do contrato atual tendo como consequência a interrupção do serviço de impressão e digitalização no órgão.	Planejamento	Administração	Médio	
Impactos						
1	Não conclusão do projeto antes do fim do contrato atual tendo como consequência a interrupção do serviço de impressão e digitalização no órgão.					
Ações Preventivas						
P-01	Observar e atender as recomendações da área jurídica da PGFN em processos anteriores de contratações de TI. Responsável: ISRAEL MATTOS CHAGAS					
Ações de Contingência						
C-01	Alocar a Equipe de Planejamento em 100% do tempo para garantir a continuidade e conclusão do planejamento da contratação. Responsável: ISRAEL MATTOS CHAGAS					

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Ausência de recursos orçamentários ou financeiros.	Indisponibilidade de recursos orçamentários ou financeiros para a execução da contratação.	Gestão de Contrato	Administração	Alto	
Impactos						
1	Não conclusão do projeto tendo como consequência a interrupção do serviço de impressão e digitalização no órgão.					
Ações Preventivas						
P-01	Atuar com o Comitê de TI quanto à manutenção da prioridade do projeto frente a situações adversas. Responsável: ISRAEL MATTOS CHAGAS					
Ações de Contingência						
C-01	Fomentar com a Diretoria de Gestão Corporativa - DGC - alternativas de orçamento de emergência. Responsável: ISRAEL MATTOS CHAGAS					

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Impugnações	Impugnações ao edital ou ao processo licitatório podem paralisar o trâmite da contratação	Planejamento	Administração	Extremo	
Impactos						
1	Paralisação do processo licitatório.					
Ações Preventivas						
P-01	Validação das Especificações Técnicas			Responsável: ISRAEL MATTOS CHAGAS		
P-02	Consulta Pública ao Termos de Referência e às Especificações Técnicas			Responsável: ISRAEL MATTOS CHAGAS		
P-03	Consulta a processos de contratações conjuntas finalizadas com sucesso			Responsável: ISRAEL MATTOS CHAGAS		
Ações de Contingência						
C-01	Resposta fundamentada à impugnação no prazo estipulado.			Responsável: ISRAEL MATTOS CHAGAS		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	Licitação Frustrada	Em caso das propostas apresentadas consignarem preços manifestamente	Planejamento	Administração	Médio	

superiores aos praticados no mercado nacional ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes

Impactos		
1	Inviabilização dos objetivos do projeto.	
Ações Preventivas		
P-01	Especificações Técnicas bem elaboradas, de modo a estimular a competitividade	Responsável: ISRAEL MATTOS CHAGAS
P-02	Validação das especificações junto aos fabricantes e distribuidores	Responsável: ISRAEL MATTOS CHAGAS
P-03	Consulta aos fornecedores e elaboração de planilha de formação de preços, compatível aos praticados no mercado	Responsável: ISRAEL MATTOS CHAGAS
Ações de Contingência		
C-01	Revisar o termo de referência	Responsável: ISRAEL MATTOS CHAGAS

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-05	Faturamento indevido do objeto contratado	Inobservância dos termos contratados pode gerar eventual prejuízo ao erário	Gestão de Contrato	Administração	Baixo	

Impactos		
1	Ônus ao erário	
Ações Preventivas		
P-01	Auditoria nas Faturas Enviadas	Responsável: FLORA MARIA DA SILVA COIMBRA
Ações de Contingência		
C-01	Aplicação de sanções contratuais	Responsável: JANDERSON JUNHO DOS REIS BARBOSA
C-02	Iniciar providências administrativas para ressarcimento de eventual dano ao erário	Responsável: JANDERSON JUNHO DOS REIS BARBOSA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-06	Equipamentos fora das especificações definidas	A aceitação dos equipamentos fora de especificações definidas no edital podem comprometer a prestação do serviço.	Planejamento	Administração	Médio	

Impactos		
1	Atraso no recebimento dos equipamentos.	
2	Paralisação parcial das atividades da contratante.	
Ações Preventivas		
P-01	Definição de critérios de aceitação e rejeição dos lotes	Responsável: ISRAEL MATTOS CHAGAS
P-02	Definição de processos de inspeção dos equipamentos	Responsável: ISRAEL MATTOS CHAGAS
Ações de Contingência		
C-01	Aplicação de sanção, rescisão contratual e convocação do 2º colocado no pregão.	Responsável: CHARLES DE OLIVEIRA PARENTE

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-07	Não cumprimento dos níveis de serviços mínimos estabelecidos.	Descumprimento por parte da contratada dos níveis de serviços contratados	Gestão de Contrato	Administração	Extremo	

Impactos		
1	Paralisação parcial das atividades da contratante	
Ações Preventivas		
P-01	Previsão de sanções	Responsável: ISRAEL MATTOS CHAGAS
P-02	Conferência e controle das Ordens de Serviço executadas mediante apresentação de relatórios	Responsável: ISRAEL MATTOS CHAGAS
P-03	Controle rígido dos níveis de serviço mínimos definidos	Responsável: ISRAEL MATTOS CHAGAS
Ações de Contingência		
C-01	Aplicação de sanções contratuais	Responsável: JANDERSON JUNHO DOS REIS BARBOSA
C-02	Iniciar providências administrativas para ressarcimento de eventual dano ao erário	Responsável: JANDERSON JUNHO DOS REIS BARBOSA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-08	Não cumprimento dos prazos de entrega	Atraso nas entregas por parte do fornecedor	Planejamento	Administração	Alto	

Impactos				
1	Frustração dos interesses			
2	Paralisação parcial das atividades da contratante			
Ações Preventivas				
P-01	Controle rígido dos prazos de entrega;		Responsável: ISRAEL MATTOS CHAGAS	
P-02	Elaboração e inserção no termo de referência de sanções por atraso;		Responsável: ISRAEL MATTOS CHAGAS	
Ações de Contingência				
C-01	Reserva prévia de orçamento por parte da contratante;		Responsável: EMILCY	MATOS DO

C-02 Aplicar penalização atinente com o atraso;

NASCIMENTO  
**Responsável:** JANDERSON JUNHO DOS REIS BARBOSA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-09	Não aprovação do Termo de Referência	A reprovação do Termo de Referência pode implicar em atraso e revisões do Planejamento cronograma da contratação		Administração	Médio	
Impactos						
1	Atraso no cronograma da contratação					
Ações Preventivas						
P-01	Reuniões com autoridades superiores para esclarecimentos das fases do planejamento, sensibilização e aprovação do Termo de Referência.			Responsável: ISRAEL MATTOS CHAGAS		
P-02	Análise para, se for o caso, adequar o Termo de Referência às determinações superiores.			Responsável: ISRAEL MATTOS CHAGAS		
P-03	Aguardar liberação de orçamento			Responsável: ISRAEL MATTOS CHAGAS		
Ações de Contingência						
C-01	Fazer as adequações necessárias.			Responsável: ISRAEL MATTOS CHAGAS		
C-02	Opção de adesão de ata de registro de preço			Responsável: ISRAEL MATTOS CHAGAS		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-10	Proposta com valor superior ao estimado	Ao fim do pregão, a proposta vencedora pode estar acima do valor estimado no planejamento	Seleção do Fornecedor	Administração	Extremo	
Impactos						
1	Atraso no cronograma da contratação e inexecução da contratação.					
Ações Preventivas						
P-01	Acompanhar a pesquisa de mercado e a apresentação da proposta.			Responsável: JANDERSON JUNHO DOS REIS BARBOSA		
Ações de Contingência						
C-01	Analisar a planilha de preços da Proponente e adequar o Temo de Referência.			Responsável: ISRAEL MATTOS CHAGAS		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-11	Proposta com valores inexequíveis.	Atraso no cronograma da contratação e inexecução da contratação.	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	
Impactos						
1	Atraso no cronograma da contratação e inexecução da contratação.					
Ações Preventivas						
P-01	Acompanhar o andamento da contratação e a proposta apresentada - se verificado a ocorrência do risco entrar em contato com Proponente e informá-la dos riscos de valores inexequíveis.			Responsável: ISRAEL MATTOS CHAGAS		
Ações de Contingência						
C-01	Cobrar as planilhas de custos da empresa e analisar o risco de falha na execução do contrato por preços inexequíveis.			Responsável: ISRAEL MATTOS CHAGAS		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-12	Ausência de ferramentas para aferir níveis de serviço.	de Por mais capacitados que sejam os fiscais, para a ausência de ferramentas eficazes de aferição podem impactar na qualidade do serviço prestado	Gestão de Contrato	Administração	Médio	
Impactos						
1	Medição deficitária do serviço entregue.					
Ações Preventivas						
P-01	Prever no Termo de Referência a disponibilização para a equipe técnica ferramentas que garantam a medição do serviço.			Responsável: ISRAEL MATTOS CHAGAS		
Ações de Contingência						
C-01	Constante avaliação da Gestão Contratual.			Responsável: ISRAEL MATTOS CHAGAS		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-13	Demora na disponibilização e implantação dos serviços após a contratação.	Demora na disponibilização e implantação dos serviços após a contratação.	Gestão de Contrato	Administração	Alto	
Impactos						
1	Interrupção parcial das atividades de impressão e digitalização da Contratante					
Ações Preventivas						
P-01	Acompanhar e cobrar da empresa o cumprimento integral do contrato			Responsável: JANDERSON JUNHO DOS REIS BARBOSA		
P-02	Prever no Termo de Referência a possibilidade de fornecimento de equipamentos semi-novos			Responsável: ISRAEL MATTOS CHAGAS		
Ações de Contingência						



C-01

Solicitar a aplicação das penalidades cabíveis por inexecução parcial do contrato

Responsável: JANDERSON JUNHO DOS REIS BARBOSA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-14	Descumprimento de cláusulas contratuais por parte da CONTRATADA.	Descumprimento de cláusulas contratuais por parte da CONTRATADA.	Gestão de Contrato	Administração	Médio	
Impactos						
1	Interrupção parcial das atividades de impressão e digitalização da Contratante					
Ações Preventivas						
P-01	Atribuir advertências, glosas e punição contratuais.			Responsável: JANDERSON JUNHO DOS REIS BARBOSA		
P-02	Cobrar da empresa o cumprimento das cláusulas.			Responsável: JANDERSON JUNHO DOS REIS BARBOSA		
Ações de Contingência						
C-01	Solicitar a aplicações das sanções previstas no contrato.			Responsável: JANDERSON JUNHO DOS REIS BARBOSA		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-15	Suspensão dos serviços e/ou revogação do contrato.	dos Eventual suspensão da prestação dos serviços e/ou revogação do contrato.	Gestão de Contrato	Administração	Médio	
Impactos						
1	Interrupção parcial das atividades de impressão e digitalização da Contratante					
Ações Preventivas						
P-01	Acompanhar a execução do contrato.			Responsável: JANDERSON JUNHO DOS REIS BARBOSA		
Ações de Contingência						
C-01	Elaborar projeto para contratação emergencial.			Responsável: JANDERSON JUNHO DOS REIS BARBOSA		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-16	Riscos de Inovações Tecnológicas que tornem o projeto obsoleto.	Inovações tecnológicas podem tornar a contratação, a médio ou longo prazo, defasada.	Planejamento	Administração	Baixo	
Impactos						
1	As inovações tecnológicas estão em constante evolução. Porém, a tecnologia a ser CONTRATADA está de acordo com a praticada no mercado atual, sendo inclusive bem comum de mercado.					
Ações Preventivas						
P-01	Avaliação constante quanto à aplicabilidade de outras tecnologias que porventura aumente sua adoção no mercado.			Responsável: ISRAEL MATTOS CHAGAS		
Ações de Contingência						
C-01	Avaliar a aplicabilidade futura de outras tecnologias que surgirem.			Responsável: ISRAEL MATTOS CHAGAS		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-17	Problemas de funcionamento do equipamento	Equipamentos tecnológicos podem apresentar problemas de funcionamento, impedindo a execução das atividades.	Gestão de Contrato	Administração	Médio	
Impactos						
1	Indisponibilidade do serviço de impressão e digitalização na PGFN.					
Ações Preventivas						
P-01	Análise preventiva da solução por parte da contratada.			Responsável: ISRAEL MATTOS CHAGAS		
Ações de Contingência						
C-01	Demandar a contratada a substituição de peças ou do equipamento defeituoso.			Responsável: ISRAEL MATTOS CHAGAS		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-18	Níveis de serviço estipulados são ineficientes para garantir a qualidade dos serviços.	Níveis de serviço estipulados são ineficientes para garantir a qualidade dos serviços.	Gestão de Contrato	Administração	Baixo	
Impactos						
1	Não cumprimento dos níveis de serviço acordados acarretamento em interrupções do serviço.					
Ações Preventivas						
P-01	Criteriosa análise prévia dos níveis de serviço estipulados no Termo de Referência			Responsável: ISRAEL MATTOS CHAGAS		
Ações de Contingência						
C-01	Exigência dos níveis do serviço acordados e estudo para propor aditivo de ajuste contratual.			Responsável: ISRAEL MATTOS CHAGAS		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-19	Glosas e punições contratuais são ineficientes para garantir a qualidade dos serviços.	Glosas e punições contratuais são ineficientes para garantir a qualidade dos serviços.	Gestão de Contrato	Administração	Baixo	
Impactos						
1	Queda nos níveis de serviço.					
Ações Preventivas						
P-01	Criteriosa análise prévia das glosas.			Responsável: ISRAEL MATTOS CHAGAS		
Ações de Contingência						
C-01	Propor todas as punições contratuais firmadas.			Responsável: ISRAEL MATTOS CHAGAS		

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

ISRAEL MATTOS CHAGAS

Membro da comissão de contratação